

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

AQUINO, Osmar de Araújo. *Osmar de Aquino (depoimento, 1979)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1990. 60 p. dat.

**OSMAR DE AQUINO**  
**(depoimento, 1979)**

### ***Ficha Técnica***

tipo de entrevista: história de vida  
entrevistador(es): Eduardo Raposo; Humberto Mello  
levantamento de dados: Eduardo Raposo; Humberto Mello  
pesquisa e elaboração do roteiro: Eduardo Raposo; Humberto Mello  
sumário: Sônia Benevides  
conferência da transcrição: Sônia Benevides  
copidesque: Elisabete Xavier de Araújo  
técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes  
local: João Pessoa - PB - Brasil  
data: 17/02/1979  
duração: 4h  
fitas cassete: 04  
páginas: 60

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e Desempenho das Elites Políticas Brasileiras", parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do CPDOC, em vigência desde sua criação, em 1975.

temas: Campesinato, Esquerda Democrática (1945-1947), Ligas Camponesas (1955-1964), Movimento Camponês, Osmar de Aquino, Paraíba, Política Estadual

## *Sumário*

1a. Entrevista: Origem familiar; curso de Direito em Recife; adesão à Esquerda Democrática; a campanha presidencial de 1937; prefeito de Guarabira por nomeação de Rui Carneiro; a redemocratização em 1945; a eleição para a Câmara dos Deputados; a Esquerda Democrática; Argemiro de Figueiredo e José Américo; as candidaturas ao Senado; as eleições de 1945; a Constituinte de 1946; a cassação do registro do PC; as eleições estaduais e municipais na Paraíba em 1946 e 1947; a coalizão nacional durante o governo Dutra; a cisão da UDN; divergências com José Américo; a campanha do petróleo; o desligamento da UDN; prefeito de Guarabira (1955); assessor jurídico da Sudene (1960); as Ligas Camponesas na Paraíba; José Joffily e o PSB; interferência do poder econômico nas eleições municipais de 1963 em Guarabira; suplente de deputado federal pelo MDB; exercício do mandato; cassação em 1969.

2a. Entrevista: Oposição à Revolução de 1964; a Igreja no Nordeste; os problemas rurais e a defesa dos camponeses; a formação das Ligas Camponesas; a greve na Fábrica de Tecidos Rio Tinto; os intelectuais e as lutas camponesas; Francisco Julião; os líderes camponeses; a Federação das Ligas Camponesas; Assis Lemos e Maria do Carmo Aquino; advogados militantes nas Ligas; o Código Civil brasileiro; as migrações internas; os conflitos camponeses; o caso de Carrasco; a fundação das Ligas na região das grandes usinas; os sindicatos rurais; João Goulart e o movimento camponês; a atuação de Costa e Silva no comando do IV Exército; a desarticulação do movimento camponês em 1964.

*1ª. Entrevista: 17.02.1979*

E.R. - Dr. Osmar, primeiramente eu gostaria de conversar com o senhor sobre sua família, seus antecedentes familiares, seus avós paternos e maternos, o município de origem destes elementos, a situação sócio-econômica da sua família e coisas deste gênero.

O.A. - Meus avós paternos moravam em Guarabira e eram proprietários ali, fazendeiros. O velho Aquino, pai de meu pai, exercia, então, as funções de chefe político daquela região.

E.R. - O senhor sabe o nome completo dele, se lembra?

O.A. - Antônio Manoel de Aquino e Silva.

E.R. - E da sua avó?

O.A. - Joaquina da Veiga Torres Aquino.

E.R. - Era fazenda de engenho de cana?

O.A. - Não, de gado.

E.R. - Qual era a dimensão dessa propriedade? Era considerado um grande...

O.A. - Era grande propriedade. Era uma propriedade de uns quatro mil hectares.

E.R. - Qual o município que o senhor disse que era?

O.A. - Guarabira. Mas eles nasceram em Ingá, dali se transportaram para Guarabira.

E.R. - O nome do seu pai qual era, dr. Osmar?

O.A. - Osório de Aquino Torres.

E.R. - Ele seguiu tendo uma atividade rural?

O.A. - Também fazendeiro, bem menor.

E.R. - Porque, com certeza, teve partilha entre os irmãos.

O.A. - Foi fracionada.

E.R. - Qual o nome do seu avô materno? O senhor se lembra?

O.A. - José Severino de Araújo Benevides.

E.R. - Era proprietário?

O.A. - Era proprietário em Guarabira.

E.R. - Em Guarabira também?

O.A. - Também.

E.R. - De fazenda de gado?

O.A. - Não, de café.

E.R. - Era considerada uma propriedade grande?

O.A. - Boa propriedade.

E.R. - Uma boa propriedade, uma propriedade grande era que tamanho, mais ou menos, em termos de dimensão?

O.A. - Naquela época, não sei se mil hectares, mais ou menos. Hoje, naquela região, não há mais grandes propriedades. A propriedade naquele município, Guarabira, foi naturalmente fracionada, estabeleceu-se ali um regime de pequenas e médias propriedades.

E.R. - Isso pela partilha de herança?

O.A. - Sim, um dos fatores, a partilha de herança.

E.R. - Quais eram os nomes dos seus avós maternos?

O.A. - José Severino de Araújo Benevides.

E.R. - E da sua avó?

O.A. - Minha avó, que eu não conheci, era Francisca de Sá e Benevides.

E.R. - Como se chamava sua mãe?

O.A. - Maria Benevides de Aquino, o nome de casada.

E.R. - A sua esposa, como é que se chama?

O.A. - Míriam Melo de Aquino.

E.R. - É de família de Guarabira também?

O.A. - Não, de João Pessoa.

E.R. - De proprietários, de comerciantes?

O.A. - Não, o pai dela era funcionário público.

E.R. - Quantos irmãos o senhor teve?

O.A. - Três irmãs, eu sou o único homem.

E.R. - Parece-me que não só o senhor seguiu essa tradição política, mas as suas irmãs também.

O.A. - Minha irmã mais velha.

E.R. - Quais os nomes das suas irmãs?

O.A. - Maria do Carmo, Mercedes e Helena.

E.R. - Maria do Carmo é que se vinculou politicamente?

O.A. - É, participou da vida política da Paraíba.

E.R. - Dr. Osmar, qual é a produção do município de Guarabira? O senhor disse que essa fazenda era de café e a da sua origem paterna era de gado. A produção do município geralmente é gado?

O.A. - É gado, cereais, agave hoje. O café desapareceu, porque se estabeleceu uma doença, que só deu na Paraíba chamada "cerococos paraibenses", por isso mesmo, e dizimou todo o cafezal da Paraíba.

E.R. - O senhor nasceu em que data, em que local?

O.A. - Nasci em Guarabira no dia 11 de dezembro de 1916.

E.R. - E o seu nome completo é...

O.A. - Osmar de Araújo Aquino.

E.R. - O senhor viveu a primeira infância toda em Guarabira?

O.A. - Vivi a primeira infância, salvo nos períodos do colégio, quando eu ia para o colégio em João Pessoa, porque lá não tinha colégio secundário.

E.R. - O primário o senhor fez em Guarabira?

O.A. - O primário fiz com a minha mãe, minha mãe me preparou o primário.

E.R. - Como é que era a situação política em Guarabira, dr. Osmar? O seu pai tinha posição política lá? Como é que era? Eu gostaria de saber a respeito da tradição política dos seus familiares, se seus avós já tinham ascendência política.

O.A. - Meu avô, como eu disse há pouco, teve uma ascendência política lá. Era o chefe político do município.

E.R. - Seu avô paterno?

O.A. - Paterno - o materno não -, e meu pai também foi político, inclusive prefeito, duas vezes, do município.

E.R. - Quais foram as épocas em que ele foi prefeito?

O.A. - Foi prefeito durante a gestão de Osvaldo Trigueiro no governo do estado.

E.R. - Após 45?

O.A. - É.

E.R. - E posteriormente?

O.A. - Duas vezes.

E.R. - Nessa vez de Osvaldo Trigueiro, então, foi a segunda vez que ele foi prefeito, não é? Quer dizer, esse seu avô paterno já fazia parte da situação política de Guarabira, não é?

O.A. - É.

E.R. - Como é que era a situação política de Guarabira? A família do senhor fazia política em composição com que outras famílias? E que famílias faziam a oposição?

O.A. - Em Guarabira, mesmo naquela época, não havia uma divisão política em função de famílias. Realmente a minha família tinha o comando do município, isto é, meus avós e posteriormente meu pai, mas já na época de meu pai, não havia uma divisão, como disse, em termos de família. Guarabira, não sei por que razões, é uma sociedade assim, mais aberta nesse terreno. Antigamente a política se dava exatamente em função de famílias, as grandes lutas de hegemonia política entre as famílias do município.

H.M. - E na política estadual, a que chefes se ligavam? Ao lado do monsenhor Valfredo, ou de Epitácio Pessoa?

O.A. - O meu avô, a monsenhor Valfredo.

H.M. - Que era de lá?

O.A. - É, era vigário colado de Guarabira.

E.R. - E seu pai, quando exercendo política em Guarabira, em nível estadual ligava-se a que grupos?

O.A. - Meu pai era ligado a um partido de oposição ao governo do estado.

E.R. - Mas no município ele era situação?

O.A. - Não, ele foi situação posteriormente, mas antes ele fazia oposição ao governo do estado.

E.R. - O senhor poderia localizar em que época?

O.A. - De Argemiro, por exemplo.

E.R. - Ele fazia oposição a Argemiro?

O.A. - É.

E.R. - Isso teria alguma coisa a ver com a reativação do coronelismo que Argemiro implantou no governo do estado? Ou seria uma questão mais de família?

O.A. - Não, como eu disse, em Guarabira não havia um coronelismo como no comum dos municípios naquela época. Por razões que não importa mencionar, era uma sociedade mais aberta.

E.R. - O senhor não atribui a nada, essa abertura da sociedade?

O.A. - A um sistema de pequena e média propriedades, que se estabeleceu naturalmente lá.

H.M. - É, e a um certo paternalismo emocional... Em 1930, por exemplo, qual era a posição política de seu pai?

O.A. - Em 30 era liberal, era ligada a João Pessoa à Aliança Liberal.

H.M. - O senhor, então, fez os estudos em Guarabira, os estudos primários com sua mãe. E depois veio estudar aqui em que colégio?

O.A. - Colégio Pio X.

H.M. - E aqui fez o curso secundário todo?

O.A. - Todo, daqui fui fazer o vestibular na faculdade de Direito do Recife.

H.M. - Por que a opção pelo direito?

O.A. - Talvez meu pai tivesse influído porque ele estudou um ano de medicina e abandonou porque não teria vocação - a vocação dele era direito. É possível que isto tenha despertado no meu espírito a idéia de estudar direito.

H.M. - Em que ano o senhor concluiu a faculdade?

O.A. - Em 38.

H.M. - E lá na faculdade, o senhor participava da política estudantil? Diretório...

O.A. - Participava, inclusive fui eleito para o diretório, no primeiro ano logo.

H.M. - Quer dizer, o senhor começou em 34 a faculdade?



O.A. - Em 34.

H.M. - Quer dizer, foi exatamente na fase em que estava havendo aqueles movimentos, digamos assim, ideológicos, de direita e de esquerda: Aliança Nacional Libertadora, Ação Integralista etc. E a turma da faculdade tomava posição diante desses movimentos?

O.A. - Tomava, tomava posição. E lá na faculdade havia as correntes de direita e de esquerda, por exemplo, o Partido Integralista e os elementos de esquerda.

H.M. - E qual era a sua posição pessoal entre essas lutas na faculdade?

O.A. - Eu era um elemento de esquerda.

H.M. - Em 37, quando o senhor estava na faculdade ainda, primeiro houve a campanha presidencial, José Américo como candidato. O senhor tomou posição nessa campanha, ou era o seu pai que exercia o comando?

O.A. - Do José Américo?

H.M. - Sim.

O.A.- Não, não tomei parte ativa na campanha - isso foi em 37 -, então eu influía mais na política estudantil; na política partidária, eu não tomava parte direta.

H.M. - E os estudantes, como receberam essas candidaturas? Qual era o candidato mais simpático, o candidato que teria, possivelmente, a maioria, José Américo ou Armando Sales?

O.A. - O candidato mais simpático aos grupos de esquerda era José Américo, em face da linguagem dos seus discursos. Ele chegou, num desses discursos, a dizer que o seu coração batia do lado esquerdo, então despertou um maior interesse nos grupos de esquerda. Os grupos de direita, estes preferiam o Armando de Sales Oliveira.

H.M. - E quando veio o golpe de Estado de 37, a implantação do Estado Novo, como foi recebido lá no meio estudantil? Houve apoio, repulsa ou houve divisão de opiniões?

O.A. - Não, os grupos políticos, que tinham definição política, receberam da seguinte maneira: os integralistas apoiando; os grupos de esquerda, contra.

E.R. - Eu gostaria de voltar um pouco. O senhor disse que já na sua atividade política dentro da universidade, existiam grupos mais identificados com a ação integralista, vamos dizer assim, de direita, e grupos progressistas. Eu gostaria de saber: a que o senhor atribui essa sua vinculação progressista? O senhor tinha já influência de algum elemento, de leituras, professores que tinham posições mais progressistas? A que o senhor atribui esse seu ingresso na política, vindo a história de uma maneira progressista?

O.A. - É possível que a influência tivesse sido de meu pai, que era um espírito amplamente democrático, então, logo de início, eu via na ação integralista, que condensava os grupos de direita, uma posição antidemocrática.

E.R. - O seu pai era um espírito democrático. E já na participação política dele como prefeito - ele foi, se não me engano duas vezes, que o senhor disse, não é? - Tinha uma atividade mais liberal, democrática?

O.A. - Tinha. Tanto assim, que uma das vezes em que foi candidato a prefeito em Guarabira, foi acusado de comunista. Os adversários chamavam-no de comunista exatamente em virtude das posições abertas e amplamente democráticas que ele tinha.

E.R. - Ele já tinha algum vínculo e alguma preocupação com a situação política do povo, em termos de população mais oprimida?

O.A. - Tinha.

E.R. - Isso se traduzia em alguma medida?

O.A. - Em certos gestos, por exemplo, como fazendeiro, como proprietário. Meu pai nunca teve um feitor. Ele achava que o feitor era um tirano, porque o homem, o camponês, já trabalhava quase de graça para os donos da terra, e o dono da terra ainda botava um feitor atrás do camponês para tirar tudo dele, para ele dar aquilo que, muitas vezes, não tinha nem condições de dar no seu estado de saúde. Quer dizer, gestos desse tipo representavam, como eu disse, uma posição democrática inata.

E.R. - Dr. Osmar, o senhor teve professores e leituras que lhe marcaram de alguma forma nessa época de formação?

O.A. - Professores universitários, não é?

E.R. - Universitários.

O.A. - Os meus professores universitários não tinham uma posição política militante. Eles me marcaram mais pelo valor intelectual, em função do valor intelectual. Eu posso me recordar de Odilon Nestor, que, por sinal paraibano, foi meu professor de direito internacional; de Gervásio Fioravante, professor de direito penal que era um grande talento e um homem de cultura disciplinada. Mas de todos eles como professores, em função do seu valor, da sua cultura e do seu talento; não, repito, em função de posições políticas, que eles não tinham.

E.R. - E em função dessas posições políticas, quem teria marcado o senhor, dado uma referência? O senhor admirava quem, a essa altura?

O.A. - No plano nacional, eu tinha umas figuras que admirava como democratas ou, então, pela sua posição de luta. Uma destas figuras, por exemplo, era Luís Carlos Prestes.

E.R. - Que marcou toda uma geração de estudantes de esquerda, não é?

O.A. - É.

H.M. - E lá no Recife, na faculdade, o senhor tinha contato, assim, digamos, com pessoas, militantes políticos, ideólogos de esquerda? Lá no Recife, sempre houve uma atividade muito efervescente nesse tempo.

O.A. - Tive.

H.M. - Quem, por exemplo, teria sido?

O.A. - Não no meio estudantil.

H.M. - Não no meio estudantil.

O.A. - Não, a minha atuação era mais no meio estudantil.

H.M. - Mas o senhor não participava, por exemplo, de reuniões, de encontros, de comícios, sempre na faculdade?

O.A. - Sempre na faculdade, porque nós tínhamos uma política estudantil com fins à política no outro sentido, e essas reuniões sempre se faziam entre nós, na faculdade.

H.M. - Quais eram os principais líderes estudantis da sua época, os seus colegas ou contemporâneos de faculdade, quem se destacava naquele tempo?

O.A. - Eu estou lembrado, do lado dos integralistas, de Arnóbio Graça... José Maria, que era um rapaz de muito valor, hoje no Rio de Janeiro.

H.M. - Do lado do integralismo?

O.A. - Integralismo... e outros. Do lado das esquerdas, havia vários rapazes que se destacavam. Agora, não havia um ponto alto, quer dizer, um ponto culminante muito alto, mas havia vários rapazes que se destacavam, pela inteligência, pela combatividade etc.

H.M. - E pela liderança exercida através dos...

O.A. - Pela liderança também.

H.M. - Quando o senhor concluiu o curso em 38, voltou para Guarabira?

O.A. - Em 38 concluí o curso, voltei para Guarabira.

H.M. - E ficou advogando?

O.A. - Aí eu formei uma banca de advogado, aliás movimentada lá, e me integrei à advocacia com tempo integral.

H.M. - E exercia pelos diversos municípios vizinhos?

O.A. - É, toda a região do Brejo.

E.R. - Advocacia geral?

O.A. - Geral.

H.M. - Não tinha especialização?

O.A. - Não, propriamente fazer só especialização não; agora, houve uma fase em que os grandes processos criminais vieram para as minhas mãos.

H.M. - Quer dizer, o senhor gostava do júri?

O.A. - Do direito penal, de um modo geral.

H.M. - Nesse tempo, também, foram sete anos de absoluta ausência de atividade partidária, não é?

O.A. - Sim, de absoluta ausência porque foi...

H.M. - Na fase do Estado Novo.

O.A. - ... Na fase do Estado Novo.

A.E.<sup>1</sup> - É, mas você, em 1940, foi nomeado prefeito de Guarabira.

O.A. - É, quando o Rui Carneiro assumiu o governo, insistiu comigo e me nomeou prefeito de Guarabira.

H.M. - O senhor já conhecia Rui Carneiro?

O.A. - Não.

H.M. - E foi através de quem esse convite?

O.A. - Foi diretamente a mim, mas ele conhecia meu pai e me conhecia de nome. Conhecia... sabia da minha existência, mas eu passei apenas três meses na prefeitura, pedi demissão.

A.E. - Porque, você logicamente, sabe, que de 37 a 45 houve uma abstenção política, assim, liberal no país, então você aceitou ser nomeado por uma interventoria prefeito da sua cidade. Como é que você explicaria isso?

O.A. - O Rui Carneiro veio naquela época para a Paraíba - e justiça se lhe faça - abrindo um parênteses aqui na situação então vigente no país. Ele fez realmente um governo democrático de tal forma que perseguidos políticos - intelectuais, jornalistas - pelo Estado Novo, abrigavam-se na Paraíba, como, por exemplo, o Vítor do Espírito Santo, que era grande jornalista na época.

---

<sup>1</sup> A.E. é filho do depoente.

E.R. - Ele esteve em Princesa em 30, não é?

O.A. - Foi. De maneira que ele me pressionou muito para aceitar a prefeitura, dizendo que não havia compromisso político, porque o governo não era político. Mas, mesmo assim, eu só passei três meses. Em três meses pedi demissão.

E.R. - Quer dizer, o senhor entra para a política partidária, fora a vida estudantil, a militância política estudantil, através...

O.A. - Em 45.

E.R. - Não, nessa nomeação para prefeito, não é?

O.A. - Não diria que entro para a vida partidária com essa nomeação não, porque não houve... foi apenas três meses de gestão colocada nesses termos que acabo de mencionar. Na verdade eu entrei para a vida político-partidária em 1945, na época de redemocratização do país.

E.R. - O senhor pede demissão em função de que fato?

O.A. - Não, não houve um fato, é que eu não quis continuar.

E.R. - Teve algum problema na administração?

O.A. - Não, nenhum problema.

E.R. - O que se poderia fazer, como prefeito, em Guarabira nessa época? Quais eram as funções, quais eram as atividades?

O.A. - Guarabira sempre foi um município...

[FINAL DA FITA 1-A]

O.A. - Em todo caso, continuei...

E.R. - O senhor estava dizendo que as possibilidades orçamentárias eram reduzidas.

O.A. - É, em todo caso continuei as obras do prefeito que havia substituído, que foi um prefeito trabalhador, dr. Sabiniano Maia, e deixei o município com saldo.

E.R. - As obras eram de que natureza, construção na cidade, não é? Mesmo nesse curto espaço de tempo, o senhor teve algum problema com a política local, ou era uma coisa tranqüila?

O.A. - Não; na verdade eu não fiz política nesses três meses nem houve problemas com a política local. Eu tive um apoio quase unânime.

E.R. - Dr. Osmar, voltando um pouquinho à sua militância como advogado, o senhor falou que, em um momento, as questões criminais foram parar nas mãos do senhor. Mas, em termos gerais, quais eram as questões nesses municípios? Havia já questões de terra, por exemplo?

O.A. - Sim, questões de terra. Comumente questões criminais e questões de terra, questões de direito civil.

E.R. - O senhor já tinha alguma simpatia por defender pequenos proprietários ou camponeses, ou fazia uma advocacia desvinculada da política?

O.A. - Não, advocacia desvinculada da política, uma advocacia profissional; mas, na verdade, a minha vida profissional e política sempre foi vinculada ao povo.

E.R. - Essa vinculação começou a se tornar mais estreita a partir de quando, de 45?

O.A. - Não, antes já era também.

E.R. - O senhor já pegava questões de...

O.A. - Já, e daí a imensa advocacia gratuita que eu tinha.

E.R. - Já nesse tempo?

O.A. - Já nesse tempo.

E.R. - Fazia advocacia gratuita para esses indivíduos...

O.A. - Para o povo.

H.M. - O senhor, como disse, entrou na política em 45, na redemocratização, e entrou de uma maneira um tanto surpreendente, dado os antecedentes de ligações políticas: entrou na UDN, que era liderada aqui por Argemiro a quem seu pai tinha feito oposição e, conseqüentemente, adversário de Rui Carneiro que lhe tinha feito uma nomeação anterior para prefeito. Quais foram as razões de sua opção pela UDN?

O.A. - Em 1945, processou-se a redemocratização do país, foi o fim do Estado Novo. Eu vinha de uma luta contra o Estado Novo, então aquelas correntes, aqueles...

H.M. - Como era que se traduzia essa luta?

O.A. - Essa luta se traduzia... Nós não tínhamos instrumentos, muitos instrumentos de luta contra aquela ditadura, mas nós nos opúnhamos a ela - como, por exemplo, nos opomos a esta atual ditadura brasileira - divulgando tanto quanto possível os seus crimes, os seus erros etc. De maneira que a minha posição foi uma posição coerente, politicamente coerente. Agora, no que entende com UDN, antes de tudo é preciso destacar que a UDN se formou da Paraíba pela composição de dois grupos que se chocavam, tinha duas alas: a de Argemiro Figueiredo, que era adversário de meu pai, como se salientou; e a de José Américo de Almeida, que fez as pazes com Argemiro e que liderava, então em termos nacionais, essa luta de redemocratização. As

candidaturas à Câmara Federal e ao Senado foram escolhidas dentro desse critério de alas. Uma ala deu a metade dos deputados estaduais e um dos senadores, que eram então dois... por exemplo, Verguiaud Wanderley da ala de José Américo e Adalberto Ribeiro da ala de Argemiro Figueiredo. Eu pertencia à ala de José Américo. Eu fui indicado deputado federal naquele tempo, indicado pelo José Américo, pela ala de José Américo. Agora, há de se destacar o seguinte: nós entramos naquele movimento, visando à redemocratização do país e pretendíamos aqui na Paraíba - nesse sentido, passamos a dar os primeiros passos - a formação da Esquerda Democrática, que se tornou depois Partido Socialista. Como se sabe, a Esquerda Democrática dentro da UDN era constituída por aqueles setores, digamos, progressistas, inclusive de esquerda, que lutavam contra o Estado Novo. Daí, eu repito, ter se destacado posteriormente, se constituído no Partido Socialista Brasileiro, presidido por João Mangabeira. Agora, houve, entretanto, uma circunstância: José Américo nos fez um apelo para não criar a Esquerda Democrática na Paraíba.

H.M. - Quem eram os seus companheiros de luta, ou melhor, os que em sua companhia tencionavam criar essa Esquerda Democrática na Paraíba?

O.A. - Sobretudo a juventude. O José Américo fez um apelo a fim de que nós não criássemos, porque ele achava - pelo menos naquela oportunidade - achava que poderia, nas circunstâncias locais, dar a entender uma divisão de forças e enfraquecer o movimento geral. Aí está explicada a minha eleição pela UDN.

H.M. - Dr. Osmar, o senhor falou há pouco da composição de chapas na UDN. Há um aspecto naquela composição de chapas de 45, que já chamou a atenção de algumas pessoas. É o seguinte: a UDN escolheu para candidatos a senador duas figuras de menor expressão, duas figuras de segundo plano do partido, o Verguiaud e o Adalberto Ribeiro, quer dizer, quando seria digamos, quase normal que os dois chefes de ala, Argemiro e José Américo fossem os candidatos ao Senado. O Argemiro preferiu disputar a deputação federal; e o José Américo não foi candidato a nada em 45. Em lugar de outras figuras, sem ser os dois chefes mas de maior expressão, colocaram duas figuras que tiveram uma atuação apagada no Senado. Qual foi a razão dessas escolhas? O senhor teria condições de saber disso, estava dentro desses conciliábulos?

O.A. - O José Américo, pessoalmente, não aceitaria, naquelas circunstâncias a candidatura, naturalmente ele se reservava para a outra. E a minha impressão pessoal é que Argemiro preferiu se candidatar à deputação, porque aí teria assegurada a sua eleição, e o Senado dependeria de uma posição majoritária, ou não, do partido. Então, era, pelo menos de início, uma situação duvidosa.

E.R. - Dr. Osmar, em 45, com a redemocratização do país, foram criados os partidos políticos em nível nacional, e foram criados a UDN e o PSD. O senhor participou na elaboração da criação desses partidos?

O.A. - Não, eu vim a participar já criado o partido.

E.R. - A indicação do seu nome através da ala de José Américo, se deu em função de quê? O senhor já estava militando contra o Estado Novo, foi indicado diretamente por José Américo, ou foi um terceiro elemento?

O.A. - Não, foi pela ala do José Américo. Eu já estava militando e já ligado a José Américo.

E.R. - De que forma?

O.A. - Eu não o conhecia ainda pessoalmente, vim a conhecê-lo no curso da campanha, porque me liguei aos elementos aqui na Paraíba a ele vinculados e, também, porque eu achava que era a expressão maior. E, naquela oportunidade, tinha inclusive dado a sua... hoje famosa entrevista que teria feito ruir o Estado Novo. Acho, aliás, en passant, que a entrevista teve naturalmente, a sua influência, a sua importância, mas há muito exagero em dizer que foi a entrevista que fez ruir o Estado Novo. O Estado Novo ruiu em função de uma série de fatores, inclusive de contradições internas da ditadura.

H.M. - Seria, talvez, mais correto dizer que a entrevista contribuiu para a derrocada da censura, digamos assim.

O.A. - É, da censura.

H.M. - Porque a partir da publicação da entrevista, a censura deixou de funcionar, mas não o sistema todo, só um aspecto do sistema.

O.A. - É, eu direi mesmo o seguinte: a minha impressão é que, àquela altura, o Dutra já estava mais ou menos comprometido com a queda da ditadura. O próprio Dutra, que era o seu ministro da Guerra e que veio a ser candidato.

H.M. - Dr. Osmar, quer dizer então: o senhor engajado na UDN naturalmente participou também da campanha do Brigadeiro, contra o Dutra.

O.A. - Sim.

H.M. - E qual foi o resultado da eleição em Guarabira, quem ganhou lá?

O.A. - Eu ganhei as eleições, quer dizer, o partido ganhou, o Brigadeiro ganhou. Eu ganhei também porque fui o mais votado.

H.M. - Naquele dia a UDN conseguiu, aliás, aqui na Paraíba, uma vitória...

O.A. - Sete deputados federais contra três e os dois senadores.

H.M. - Uma vitória estrondosa, estrondosa mesmo. A que o senhor atribui? - já que o senhor disse que o Rui Carneiro fez um governo, assim, democrático, popular. Ele não encontrou receptividade nos candidatos dele, a ponto de serem esmagados assim, o partido?

O.A. - Não, o Rui exerceu a interventoria e não fez uma estrutura partidária - é a minha impressão -; enquanto a UDN tinha a apoiá-lo os dois maiores chefes políticos então do estado, que eram Argemiro Figueiredo e José Américo.

H.M. - E Argemiro tinha deixado uma estrutura no governo e conservou mais ou menos durante os cinco anos de ostracismo.



O.A. - Conservou.

H.M. - Qual foi a sua colocação na apuração final, como deputado?

O.A. - Eu fui o sétimo eleito.

H.M. - Qual era a sua idade naquele tempo, doutor?

O.A. - Vinte e poucos anos.

H.M. - Quer dizer, era um dos deputados mais moços do Brasil.

O.A. - Eu e o Aluísio Alves éramos os dois mais moços do Brasil.

H.M. - E essa sua eleição, que naturalmente derrotou dentro da própria UDN candidatos mais velhos, mais antigos, como, por exemplo, José Gaudêncio e outros, não provocou uma certa ciúmeira dentro do próprio partido?

O.A. - Não, o que poderia ter provocado seria a indicação do meu nome, mas na verdade não houve. O meu nome foi bem-aceito. Depois, eleito, era um fato consumado, não havia mais por que...

E.R. - A indicação foi feita pelo José Américo?

O.A. - É.

H.M. - Então, uma vez eleito, o senhor viaja para o Rio, como toda a bancada, a fim de assumir, iniciar os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

E.R. - Antes mesmo da gente, talvez, falar nos trabalhos da Assembléia, eu gostaria de conversar com o senhor um pouco sobre a campanha que se desenvolveu em 45 - a campanha que foi juntamente para a presidência da República, onde concorriam o Dutra e Eduardo Gomes; e de deputados para a Constituinte. Eu gostaria de saber como é que o senhor desenvolveu a campanha, que palavras de ordem eram dadas à população, eram faladas e como é que o senhor desenvolveu a campanha nesses municípios aqui e na capital.

O.A. - A campanha do Brigadeiro era desenvolvida pondo-se em destaque dois pontos: primeiro, a posição democrática do Brigadeiro, revelada na sua participação nos movimentos - inclusive nos movimentos militares tenentistas, Forte de Copacabana etc. - e nas suas excepcionais qualidades de honradez... de homem...

E.R. - A sua campanha foi desenvolvida dentro desse espírito também, ou o senhor tinha mensagens particulares dentro da campanha do Brigadeiro?

O.A. - Como candidato a deputado, naturalmente eu tinha minhas mensagens pessoais.

E.R. - Sua plataforma qual era?

O.A. - Plataforma propriamente eu não tinha, mas eu me batia, antes de tudo, por uma Constituição democrática e que estabelecesse, que formasse, que disciplinasse uma ordem social e econômica mais justa.

E.R. - O senhor participa também da campanha de Osvaldo Trigueiro?

O.A. - Participei.

E.R. - Foi em 46, não é?

O.A. - É... Em...

H.M. - Ainda nessa campanha de 45, a campanha se desenvolveu no estado num clima de normalidade, houve agitações, houve pressão do governo?

O.A. - Não, em relativa normalidade.

H.M. - E a queda do Estado Novo em outubro, que repercussões teve para a campanha? Melhorou a situação?

O.A. - A repercussão foi muito positiva para a campanha.

H.M. - O governo do desembargador Montenegro, a interventoria dele... É dito que ele constituiu um governo ligado à UDN. É verdade este fato?

O.A. - Não sei se seria correto dizer ligado à UDN, mas constituído em grande parte por elementos da UDN, pessoalmente ligados ao desembargador e creio que era em face da posição do PSD de não aceitar cargos. Porque, na verdade, aquela saída... com a nomeação do chefe do Poder Judiciário para interventores, deu-se a queda político-partidária do partido que se formara no fim do sistema.

H.M. - Em depoimento prestado a esse mesmo setor, o dr. Abelardo Jurema nos disse que tinha sido convidado pelo desembargador Montenegro para ocupar um cargo - ele e mais dois outros elementos do PSD, e deu o nome de todos três - e que consultado o partido, o diretório resolveu que nenhum pessedista deveria aceitar a participação no governo.

O.A. - Então a minha impressão é exata... a que acabo de manifestar.

H.M. - Mas o senhor tinha conhecimento desse fato?

O.A. - Não, absolutamente.

E.R. - A sua participação na campanha política de redemocratização e para candidato a deputado foi desenvolvida, na capital, e em que municípios?

O.A. - Na capital e na zona do Brejo, nos municípios lá do Brejo.

E.R. - A Esquerda Democrática, então, a esse pedido do ministro José Américo, não se formaliza ainda, não é?

O.A. - Não, os elementos que queriam compor a Esquerda, porque não havia ainda a Esquerda Democrática, havia os elementos que queriam compor a Esquerda e, em face desse apelo de José Américo, deixaram de formá-la.

E.R. - E ela se formaliza quando?

O.A. - Aqui na Paraíba não. Aqui na Paraíba foi criado depois... Quando a Esquerda Democrática já era o Partido Socialista, foi criado um Partido Socialista aqui.

E.R. - Quer dizer que vai direto para o Partido Socialista, não é?

O.A. - É.

E.R. - Esquerda Democrática foi só como idéia.

O.A. - Esquerda Democrática foi uma ala da UDN, uma ala de esquerda da UDN. A Esquerda Democrática pertenceram Hermes Lima, João Mangabeira e muitos outros.

H.M. - O senhor, na Assembléia Constituinte e depois nas funções legislativas normais, permaneceu sempre integrado na bancada da UDN, não foi?

O.A. - Permaneci. Integrado no sentido de pertencer à bancada da UDN, mas tomando posições e atitudes independentes, muitas vezes.

H.M. - Nas assinaturas da Constituição de 46... Os deputados, os constituintes assinaram divididos por partidos, mas já havia lá, no final, se não me engano, Domingos Velasco como representante do Partido Socialista.

O.A. - Pois é, a Esquerda Democrática.

H.M. - Mas ele já se abrigava na legenda do Partido Socialista, não é?

O.A. - Sim, ele foi para o Partido Socialista. Eu não fui para o Partido Socialista, porque depois me pareceu que nós não tínhamos, naquela época, muitas condições para um partido socialista. Partido Socialista tem vez em países como a França, por exemplo, em que um filho de operário estuda, entra para a universidade etc., então toma uma atitude, por assim dizer, intelectual socialista. Hoje as condições já melhoraram sensivelmente, mas no Brasil daquela época, o operário ou ia para o Partido Comunista, ou ficava situado dentro desses partidos tradicionais comuns. Não havia condições para uma tomada de posição socialista. E, por sinal, ainda hoje tenho um certo preconceito com o Partido Socialista, porque me parece que a classe A, a dominante, se utiliza muito do Partido Socialista em função dos seus interesses, inclusive para dar uma feição de progressismo, feição que não tem. Agora, muito recentemente, nós tivemos o caso de Portugal.

E.R. - Seria o nome de socialista, mas os fundamentos tradicionais.

O.A. - Tradicionais.

H.M. - Quer dizer, então o senhor não participou da constituição do Partido Socialista aqui na Paraíba?

O.A. - Não, porque ele se constituiu quando eu já não era deputado, foi muito depois.

H.M. - Dr. Osmar, e a sua atuação na Assembléia Constituinte? O senhor participou dos debates ou participou de alguma comissão específica?

O.A. - O José Américo me indicou junto a Otávio Mangabeira, que era o líder da bancada, para a grande Constituição, para a grande Comissão Constitucional. Eu ponderei, no entanto, que isto poderia trazer certos problemas [inaudível], aqui na Paraíba, ao partido, porque tinha o Argemiro, que era chefe de partido, e naturalmente eu, o mais moço dos deputados e ainda um noviço... Então sugeri ao Otávio Mangabeira que fosse indicado o Argemiro para a Comissão de Constituição. Agora, eu participei ativamente dos debates, inclusive dos debates em torno da Constituição, e participei ativamente dos debates políticos, colocada esta participação em termos mais do que democráticos - eu diria de esquerda.

H.M.- O senhor teve oportunidade de oferecer, assim, alguma emenda, algum substitutivo que viesse a ser acolhido?

O.A. - Não, porque... as minhas emendas eram muito...

[FINAL DA FITA 1-B]

O.A. - Para citar um exemplo, eu apresentei uma emenda, extinguindo, proibindo a fiança em dinheiro e lançava os argumentos que são brilhantemente defendidos, desenvolvidos por João Mangabeira num livro de direito constitucional. É que é um absurdo a fiança em dinheiro, por exemplo: o rico que se embriaga a champanha nos clubes grã-finos e comete qualquer coisa é preso, paga um dinheiro. "Quanto é?" "Tanto". Sai. O pobre que se embriaga à cachaça do botequim, não tem dinheiro para pagar, fica preso, fica na cadeia...

H.M. - E o que substituiria, então, a fiança?

O.A. - Tem outra maneira. Inclusive o fato de ser primário... Como hoje mesmo a lei que continua a manter a fiança em dinheiro, mas uma lei nova estabeleceu certas condições dentro das quais a pessoa pode se defender solto, desde que ele seja primário, tenha bom comportamento etc...

H.M. - Isso aí é a Lei Fleury.

O.A. - Sim, é a Lei Fleury, foi feita para Fleury.

H.M. - Foi feita para beneficiar torturadores...

O.A.- Não, foi feita para Fleury, mas ela tem sua razão de ser, não feita visando Fleury. É claro que é muito mais honesto estabelecer condições para que uma pessoa se defenda

solta, do que estipular uma condição em dinheiro. Estipular condição em dinheiro é que é um absurdo.

E.R. - Quais as questões políticas que tinham maior relevância por essa época, nos debates da Assembléia Constituinte?

O.A. - Questões políticas ligadas à própria feitura da Constituição: como o mandato presidencial, que a oposição queria reduzir mais... as forças que apoiavam o governo queriam ampliar; como o mandato do Legislativo, etc.; e havia questões políticas, e aí é que se travavam os debates mais acesos, ligados aos resíduos do Estado Novo, quer dizer, a pressões ainda existentes, em suma, aos resíduos que restavam do estado-novismo.

E.R. - Quer dizer, as questões eram debater e obstruir esses resíduos?

O.A. - Não... digamos, para citar um exemplo: o Partido Comunista, que estava na legalidade, fez um comício no largo da Carioca, tentou fazer, foi impedido a bala pela Polícia. Morreram até duas ou três ou mais pessoas, inclusive não participantes, pessoas que passavam às cinco horas da tarde ali no largo da Carioca. Então, em torno disso, por exemplo, travou-se um debate político. Eu estou citando, como exemplo, um tipo de resíduo...

E.R. - A bancada paraibana tinha reuniões à parte para conversar formas de atuação, ou ela se fechava mais em termos de partidos políticos?

O.A. - Não, naquela época não havia uma coordenação das bancadas. Eu diria mais: quando havia as questões políticas fechadas, o líder, como líder, levava aos seus liderados, mas as posições eram tomadas mais individualmente.

E.R. - O senhor não tinha nenhum compromisso com a bancada paraibana e nem com a bancada da UDN paraibana, tinha posições pessoais.

H.M. - E quando se discutia, dentro da própria Constituição, coisas que viessem afetar especificamente à região ou ao estado - como, por exemplo, aquele problema da destinação de uma parte das vendas nacionais para o combate às secas -, havia uma coordenação, ou uma junção dos estados interessados, superando os partidos ou não havia esse entendimento entre udenistas e pessedistas da Paraíba, para se unirem em torno de uma emenda dessas?

O.A. - Para ser franco, não me recordo no momento se houve uma coordenação em torno disso. Agora, o que eu poderia dizer, justificando mais a minha afirmativa de que não havia uma coordenação entre as bancadas, é que a bancada do Ceará sempre se destacou como aquela que mais atua e mais coordena quando se trata de um interesse do Ceará. Eles brigam, mas a um interesse do Ceará, eles se coordenam, os partidos se coordenam, se reúnem. E isto era destacado, até se fazia blague etc. - prova de que não era comum.

E.R. - Dr. Osmar, o Partido Comunista em 45, na redemocratização, foi posto na legalidade e, posteriormente, foi cassado o registro deste partido, e os deputados eleitos por esse partido ficaram sem legenda. Então houve uma discussão na Assembléia, onde

o mandato desse deputado foi cassado, me parece que o PSD fechou em termos de votar... a favor da cassação e a UDN parece que votou contra. Inclusive o ministro Temístocles Cavalcanti deu um parecer contra essa cassação. O senhor poderia nos narrar essa...

O.A. - Eu não diria... Questão fechada não houve, mas a maioria da UDN votou contra a cassação.

E.R. - A sua votação foi qual nessa época?

O.A. - Foi contra, com a declaração de voto nos Anais: uma declaração de voto, não me justificando, mas salientando o absurdo da cassação, que era uma medida antidemocrática e inconstitucional, porque o deputado não representa o partido, representa o povo. O fundamento era de que não existindo mais o partido - tinha sido cassado o Partido Comunista -, não poderia haver os deputados que representam o partido.

H.M. - Essa sua posição, nesse caso, foi por iniciativa pessoal ou foi seguindo a orientação geral do partido, da UDN?

O.A. - Não, minha orientação pessoal.

H.M. - Dr. Osmar, agora voltando um pouco à política estadual. Depois da Constituição em setembro de 46, aí vieram as eleições para governador e deputados estaduais. O senhor participou desta campanha?

O.A. - Participei.

H.M. - Ao lado de Osvaldo Trigueiro?

O.A. - Trigueiro.

H.M. - E apoiou deputados estaduais, algum nome para deputado estadual?

O.A. - Eu indiquei o dr. Sílvio Porto.

H.M. - Mas ele não foi eleito.

O.A. - Não.

H.M. - Logo depois, isso foi em janeiro de 47, foi votada a Constituição Estadual, e, em agosto de 47, então, vieram as eleições para prefeito. O senhor também participou destas eleições para prefeito, na campanha?

O.A. - Participei.

H.M. - Foi quando seu pai foi eleito prefeito de Guarabira?

O.A. - Não. Quem foi eleito foi Sabiniano Maia.

H.M. - Seu pai tinha sido nomeado por Osvaldo.

O.A. - É, por Osvaldo.

H.M. - E, além da eleição em Guarabira, o senhor participou em mais algum município ali vizinho?

O.A. - Eu dava a minha participação ali a alguns, não especificamente a um e a outro, era muito... às vezes solicitado, chamado, e não...

H.M. - O senhor fixou residência no Rio de Janeiro durante o tempo em que foi deputado?

O.A. - Fixei.

H.M. - Quer dizer, vinha aqui à Paraíba só nos intervalos das sessões?

O.A. - Não, vinha às vezes, durante as sessões para tratar de um assunto.

H.M. - Quer dizer, então, que sua frequência aos trabalhos da Câmara era assídua?

O.A. - Era, menos... Apenas uma vez passei aqui quase seis meses em face do estado de saúde do meu pai, que tinha se agravado.

H.M. - E como deputado, o senhor participou de alguma comissão técnica lá na Câmara?

O.A. - Participei.

H.M. - Qual?

O.A. - Participei da Comissão de Obras Públicas.

H.M.- Quando houve a cisão da UDN... Bom, voltando aqui. Essa Comissão de Obras Públicas tratava de assuntos de que natureza?

O.A. - Não estou bem certo se a denominação era de Obras Públicas, mas o governo queria, por exemplo, o crédito para fazer determinada obra, então esta Comissão era ouvida.

E.R. - Era uma comissão técnica, não é?

O.A. - É.

E.R. - Dr. Osmar, o senhor se recordaria dos debates na Constituinte sobre anistia, que estava sendo discutida?

O.A. - Na Constituinte?

E.R. - Na Constituinte não, em 45, na redemocratização. Uma das questões fundamentais era a anistia, não é? Luís Carlos Prestes foi anistiado, não é?

O.A. - Não, Luís Carlos Prestes não foi anistiado.

E.R. - Ele acabou a pena dele?

O.A. - Ele teve... parece que um habeas-corpus concedido pelo Poder Judiciário, de maneira que com a derrocada do Estado Novo isso desapareceu. Não houve anistia na Assembléia Constituinte, exatamente porque não havia mais...

E.R. - Quer dizer que essa discussão foi anterior à derrocada.

O.A. - Foi anterior.

H.M. - Dr. Osmar, durante o governo de Dutra, houve aquela proposta política, que chegou a ser concretizada, da União Nacional - PSD, UDN, PR - e houve ministros udenistas no governo de Dutra, como Clemente Mariani e Raul Fernandes. Entretanto esta integração da UDN na União Nacional provocou reações dentro da bancada, quer dizer, divisões: havia parlamentares udenistas que concordavam com ela, e outros que não concordavam. Que posição o senhor tomou?

O.A. - Fui contra.

H.M. - Foi contra essa união.

O.A. - O Otávio Mangabeira, líder da bancada, ouviu deputado por deputado, e eu estive durante muito tempo com ele, exatamente porque eu me opunha, e ele achava que se não fizesse uma união de forças para dar legitimidade - segundo a expressão dele - ao Dutra, que nós poderíamos descambar para uma ditadura. Disse-me ele naquela oportunidade: "O palácio do governo é um palácio de políticos, só se vê botas. Quer dizer, militares, que usavam botas.

H.M. - Quer dizer que ele achava que, por isso, o governo Dutra tinha um quê de ilegítimo, não é?

O.A. - Não, ele não achava que era ilegítimo; para dar legitimidade, para dar legitimidade bem democrática ao governo, para dar apoio, para dar segurança ao governo, era preciso respaldo político para evitar que ele, Dutra, corresse para os quartéis.

H.M. - Quer dizer que a razão foi essa. Essa união, então, não foi contra a volta de Getúlio?

O.A. - Getúlio estava também, sem dúvida nenhuma, porque já o toleravam. Era a ameaça maior a Dutra.

H.M. - Claro. Mas o senhor, então, foi vencido na questão. A maioria da UDN apoiou.

O.A. - A maioria apoiou.



H.M. - E foi uma maioria substancial, maioria grande...

O.A.- Não, não foi votação. O líder da bancada convocava um por um dos deputados - coisa aliás... foi a primeira vez que ocorreu - e conversava com o deputado - não era uma questão de votação - naturalmente para tomar o ponto de vista do partido, da bancada.

H.M. - Quer dizer, ele sentiu que a maioria queria participação?

O.A. - Sim, ele sentiu.

H.M. - Mas a maioria queria essa participação em termos, assim, ideológicos de dar essa legitimidade, ou era em termos fisiológicos de estar perto do poder?

O.A. - Dentro de um partido eclético e sem muita definição ideológica há sempre uma visão entre os fisiológicos e os... ideológicos.

H.M. - A Assembléia Constituinte, uma vez votada a Constituição, se transformou em Congresso, não é?

O.A. - Em Parlamento.

H.M. - Essa transformação se deu em virtude de quê?

O.A. - Foi da própria mecânica da Constituição.

H.M. - O governo Dutra também teve um plano, que seria, talvez, o primeiro plano geral do Brasil - o plano Salte. Este plano foi submetido ao Congresso?

O.A. - Não...

E.R. - Era saúde, alimentação, transporte e energia.

O.A. - Foi.

H.M. - O senhor participou do debate sobre esse plano?

O.A. - Participei.

H.M. - Esse plano na aplicação se revelou viável ou fracassou?

O.A. - Não, um plano meio diletante, talvez, ou sem maior densidade.

H.M. - Então, vamos chegar à época quando houve a cisão aqui na UDN, com José Américo fundando o PL. Qual foi a sua posição nessa eleição de 50?

O.A. - Não foi em 50.

H.M. - Quando houve a cisão na UDN, e José Américo fundou o PL.

O.A. - Você está recordado em que ano foi?

H.M. - Não foi na eleição de 50? José Américo disputou contra Argemiro?

O.A. - Foi em 50, é.

H.M. - Argemiro pela UDN; aí José Américo saiu, retirou-se antes e uniu-se ao PSD e foi o candidato do PSD que...

O.A. - Não, eu fiquei, eu não fui para o PL.

H.M. - O senhor continuou na UDN?

O.A. - Continuei.

H.M. - Mas o senhor não era da ala de José Américo?

O.A. - Mas eu divergi dele nesse terreno. Já tinha tido algumas divergências anteriores.

H.M.- Com o José Américo. De modo que o senhor permaneceu na UDN e apoiou a candidatura de Argemiro?

O.A. - Apoiei a candidatura de Argemiro.

H.M. - E também, no plano da eleição presidencial, o Brigadeiro voltou a se candidatar contra Getúlio. O senhor continuou com o Brigadeiro?

O.A. - Com o Brigadeiro.

H.M. - E o senhor disputou a reeleição pela UDN?

O.A. - Disputei, não obtive a reeleição.

H.M. - A que motivos o senhor atribui não ter conseguido a reeleição?

O.A. - Não tive... absolutamente falta de recursos.

E.R. - Recursos de ordem financeira?

O.A. - Recursos de ordem financeira para movimentar a campanha.

E.R. - As suas divergências com o ministro José Américo, eram de que natureza?

O.A.- Eu tenho uma grande admiração pelo ministro José Américo, mas passei a fazer certas restrições a certas atitudes políticas, por exemplo: participei ativamente da luta pelo petróleo - eu era deputado então -, pelo monopólio estatal do petróleo.

H.M. - Mas ainda não havia o projeto da Petrobrás.

O.A. - Não, mas havia a luta. O projeto da Petrobrás veio em virtude desta luta.

H.M. - Aliás, nessa luta, o Partido Comunista tomou posição contra o monopólio estatal.

O.A. - Não.

E.R. - Era projeto apoiado pelos comunistas.

H.M. - Porque já li que o Partido Comunista naturalmente era contra o monopólio...

O.A. - Não é verdade, de jeito nenhum.

H.M. - Então, o senhor ficou ao lado do monopólio?

O.A. - Fiquei.

H.M. - E o ministro José Américo era contrário?

O.A. - Fiquei e fiquei lutando. Fiz e participei de comícios, de concentrações, uma das quais foi dissolvida a bala pela Polícia.

E.R. - Pela Polícia do governo do Dutra, não é?

O.A. - No Rio de Janeiro.

E.R. - No governo do Dutra, quando o senhor era deputado.

O.A. - Aliás, desse movimento participou, também, o Artur Bernardes. Foi meu colega na Câmara, e eu conversava muito com ele, e me deu uma impressão bem diferente do Bernardes de que se falava.

H.M. - Violento e arbitrário.

O.A. - É, pelo contrário, o Bernardes era um nacionalista, e é preciso notar o seguinte: já o era quando presidente de Minas Gerais em 1916, 18, por aí, tanto que havia uma luta tremenda do capital estrangeiro contra ele, porque ele se negou a entregar à Itabira Iron o minério de Minas Gerais.

Mas eu ia falando...

H.M. - A divergência com o José Américo.

O.A. - É. Ninguém conseguiu um pronunciamento do ministro José Américo sobre o petróleo. Isto me deu uma primeira grande decepção.

H.M. - E depois houve outras divergências?

O.A. - Houve, nós nunca tivemos, assim, uma divergência frontal e tal. Divergências que eu digo é o seguinte: atitudes, posições por ele tomadas e com as quais eu não estava, absolutamente, de acordo. Sem que com isso eu queria menosprezar o valor e o mundo de coisas positivas que ele fez.

E.R. - Dr. Osmar, nessa campanha do monopólio da extração do petróleo em terras nacionais, o senhor já tinha contato com outros elementos que se organizavam para levar essa campanha adiante, como o próprio deputado paraibano José Joffily, do PSD, o Jesus Soares Pereira?

O.A. - Não, o José Joffily naquele tempo não...

E.R. - Não era pelo petróleo?

O.A. - Não, não sei se era pelo petróleo, mas ele não participava da campanha. Eu era ligado... ainda hoje tenho vários telegramas do general Horta Barbosa, que era o presidente da... Não estou recordado agora como se chamou. Era uma entidade, assim, em defesa do petróleo. Não me recordo bem a denominação, no momento, mas o presidente era o general Horta Barbosa.

E.R. - Quais eram as atividades, nesse sentido nacionalista, para a campanha do petróleo? Quais elementos a levavam à frente? Sei que o Partido Comunista dava apoio mesmo...

O.A. - Era um movimento popular, movimento de caráter tipicamente popular: concentrações nas cidades, conferências e comícios. Eu mesmo, aqui na Paraíba, fiz uma conferência no teatro Santa Rosa e me submeti a um debate.

H.M. - Essa campanha encontrava receptividade no meio do povo?

O.A. - Muita. Foi uma campanha muito bonita. Depois da minha conferência, Paulo Cavalcanti fez também uma conferência, também no Santa Rosa, aliás presidida por mim.

E.R. - Quer dizer que a Petrobrás teria nascido dessa campanha, não é?

O.A. - É claro. É claro que não se cortaria os interesses de *trustes* internacionais sem mais aquela, sem uma luta muito grande.

E.R. - O senhor teve contato com elementos como Jesus Soares Pereira, Gentil Noronha?

O.A. - Não, pessoalmente eu não tive.

E.R. - Mas eles estavam integrados.

O.A. - Eles eram os elementos. O Jesus teve uma participação de primeira linha.

H.M. - Dr. Osmar, em 50 o senhor não obteve êxito na tentativa de reeleição. Então ficou em Guarabira?

O.A. - Fiquei, fiquei advogando.

H.M. - E em 51, na campanha municipal, que posição o senhor tomou?

O.A. - Foi em 51 a campanha municipal?

H.M. - Houve eleição para prefeito em 51, na sucessão de Sabiniano Maia, lá em Guarabira.

O.A.- Foi, aí eu fui candidato e fui derrotado. O ministro José Américo estava no governo há três meses, tinha assumido o governo, quando surgiu a candidatura do irmão dele, dr. Augusto de Almeida. Eu estava no Rio, não estava em Guarabira. Eu vim a Guarabira, lancei o nome do dr. Pimentel Filho, ele aceitou, mas depois recuou, então eu tive de...

[FINAL DA FITA 2-A]

O.A. - ...tive de lançar meu próprio nome, perdi por uma pequena diferença.

H.M. - O senhor era candidato pela UDN?

O.A. - Não, era candidato de uma Frente Popular.

H.M. - Mas o senhor ainda continuava na UDN?

O.A. - Continuava na UDN, embora sem... formalmente na UDN, mas sem participar mais efetivamente da UDN.

E.R. - Esse seu desligamento da UDN, se deu de que maneira e por que razões?

O.A. - Ter-se-ia dado de qualquer maneira em face da posição caturramente reacionária da UDN, que não podia comportar um homem das minhas posições. Porque a UDN veio a tomar... Houve em 50 a eleição, não é?

H.M.- É, em 50 a eleição de José Américo. Em 51 o senhor foi candidato contra o dr. Augusto, e o dr. Augusto venceu.

O.A. - É.

H.M. - Em 54 houve a eleição parlamentar em que Argemiro foi candidato e conseguiu derrotar Assis Chateaubriand. Houve eleição, também, para... senador e houve eleição também...

O.A. - Mas eu não disputei.

H.M. - ... para deputados estaduais e federais. O senhor não disputou essa eleição, em nenhum plano? E participou da campanha, ao lado de algum candidato, apoiou algum candidato?

O.A. - Não, não apoiei.

H.M. - Quer dizer, o senhor não participou dessa campanha?

O.A. - Eu ainda participei da UDN.

H.M. - E apoiou Argemiro?

O.A. - Apoiei Argemiro. Agora, depois, com Argemiro vitorioso, eu me desliguei da UDN.

H.M. - Mas o senhor não foi candidato?

O.A. - Não, não fui candidato.

H.M. - E apoiou algum candidato a deputado federal ou estadual na sua área?

O.A. - Não, apoiei não.

H.M. - Em 55 houve nova eleição municipal. Foi quando o senhor foi eleito prefeito?

O.A. - Foi.

H.M. - Quem era o seu adversário?

O.A. - Pimentel Filho.

H.M.- O mesmo que o senhor tinha lançado e que tinha recuado antes, não é?

O.A. - É.

E.R. - O senhor continua por essa Frente, não é?

O.A. - Por essa Frente, Frente Popular Democrática.

E.R. - De que nasce essa Frente? Articulações mesmo municipais, estaduais?

O.A. - Não, hoje a legislação não permite, mas a legislação eleitoral daquela época permitia que se criasse uma legenda, municipal digamos, para disputar uma prefeitura. Como várias correntes me apoiavam - ou pelo menos duas ou três correntes me apoiavam, correntes que se filiavam a um ou outro partido -, então eu criei a Frente Popular Democrática e disputei por essa Frente.

E.R. - Ela foi característica de Guarabira?

O.A. - É, foi local, a legislação permitia.

H.M. - Nesse mesmo ano de 55, simultaneamente com a eleição de prefeito, houve, também, eleição para governador do estado. Foi quando houve a conciliação UDN/PSD, que indicou o dr. Flávio Ribeiro. Qual foi a sua posição diante dessa conciliação UDN/PSD, diante da candidatura do dr. Flávio Ribeiro?

O.A. - Essa conciliação foi tomada em gabinete fechado de poucos líderes - o Rui Carneiro, José Américo e mais alguns -, quer dizer, o partido não foi chamado.

H.M. - A decisão foi de cima para baixo?

O.A. - Foi, foi de cima para baixo.

H.M. - Houve, também, no mesmo ano de 55, eleição para presidente da República, disputando Juscelino Kubitschek e Juarez Távora.

O.A. - Eu apoiei Kubitschek.

H.M. - E empenhou-se na campanha dele? Quer dizer, paralelamente à sua campanha de prefeito, recomendando também o Juscelino para presidente.

O.A. - É.

H.M. - Quer dizer, o senhor já estava mais ou menos integrado no PSD?

O.A. - Já, não formalmente, mas...

H.M. - Depois, essa conciliação que levou o dr. Flávio Ribeiro...

O.A.- Essa fase tem um ponto que talvez fosse interessante. Eu me desliguei da UDN. Fiz uma carta a Argemiro e me desliguei da UDN, fiquei sem compromisso partidário. Fui, então, procurado por Joffily - meu amigo de mocidade, de geração, companheiro de geração -, exatamente porque quando Chateaubriand quis novamente disputar as eleições do Senado... O Chateaubriand disputou depois, não é isso? E perdeu a segunda vez. E o PSD, na Paraíba, os líderes do PSD achavam que era uma derrota certa do partido, Chateaubriand não tinha condições de se eleger. Então, eu fui procurado por Joffily. Joffily veio do Rio de Janeiro e disse que eu estava mencionando o fato de eu estar sem compromisso partidário e invocando a nossa amizade, que seria uma grande oportunidade de lutarmos juntos e tal. Então, me manifestou esta opinião do partido. O partido estava fazendo tudo para ver se Chateaubriand, o próprio Chateaubriand, desistia da candidatura, na medida em que sentia que era inviável, e eu seria candidato ao Senado, ou ele, Joffily...

H.M. - Pelo PSD?

O.A. - Pelo PSD. Ou ele, Joffily. E nesta segunda hipótese eu seria candidato, no lugar dele, a deputado federal. Estes foram os meus primeiros entendimentos com o PSD, por intermédio do Joffily.

E.R. - O senhor entra formalmente para o PSD?

O.A. - Entrei.

E.R. - Nesse ano, não é?

O.A. - Foi, nesse ano.

H.M. - Dr. Osmar, o senhor, então, estava lá em Guarabira, tinha lançado o candidato em 51, que tinha perdido, candidatou-se, ou melhor, o senhor se candidatou, não obteve êxito na primeira tentativa, ganhou na segunda, quer dizer, o senhor continuou vinculado à política de Guarabira. E o senhor residia lá, voltou a residir em Guarabira?

O.A. - Em Guarabira.

H.M.- Como era a sua atuação política, como era a sua maneira de fazer política, durante esse tempo todo, inclusive na oposição? Na base de favores, de aliciamento ideológico?

O.A. - Favores, eu não tinha condições para fazer, esses favores pessoais. Eu fiz muito, pelo menos tentei muito... Todos os meus discursos eram sempre em função de temas ideológicos, de maneira que tenho a impressão que se abriu um pouco, não muito, mas um pouco, esse problema lá em Guarabira. Tanto que a minha última campanha agora a prefeito de Guarabira - uma coisa curiosa num município do interior da Paraíba - tomou um aspecto ideológico. Inclusive líderes nacionais foram lá me apoiar, como, por exemplo, o Djalma Maranhão.

H.M. - Então o senhor de 55 a 59 foi prefeito em Guarabira?

O.A. - Fui.

H.M. - Incluído no esquema do PSD quando houve a cisão - o rompimento PSD/UDN depois da conciliação do dr. Flávio -, o senhor integrou-se novamente à oposição?

O.A. - Foi.

H.M. - Aí Pedro Gondim assume, e o senhor voltou à situação estadual?

O.A. - Não.

H.M. - Mas Pedro Gondim, quando assumiu em 58, não era pessedista?

O.A. - Não, por uma circunstância: o dr. Sílvio Porto tinha sido levado por mim para Guarabira, a pedido do irmão dele, desembargador Mário Moacir Porto, para trabalhar comigo, ainda estudante de direito. E nós vivíamos como irmãos, lá, ele morava na casa de meu pai. A essa altura ele me largou, e Pedro Gondim passou a prestigiar Sílvio. Não sei se porque o Pedro Gondim foi meu... embora mais velho que eu, foi meu colega de turma, foi muito ligado a mim. Eu acho como figura humana uma pessoa excelente, mas talvez ele já pensasse em ser candidato ao governo, e, àquela época, eu era muito vinculado pessoalmente ao Rui.



H.M. - Em 58, na campanha senatorial, José Américo e Rui Carneiro, o senhor ficou ao lado de Rui?

O.A. - Fiquei.

H.M. - E em 59, quando terminou o seu mandato, o senhor elegeu seu sucessor ou seu candidato foi derrotado?

O.A. - Não. Elegi meu sucessor.

H.M. - Quem era o seu candidato?

O.A. - Augusto de Almeida.

H.M. - Que tinha sido seu adversário oito anos antes.

O.A. - [Risos] Adversário. Veja as contradições em política. Pelo seguinte: o candidato era Sílvio Porto, meu adversário, e os meus amigos queriam que eu lançasse um terceiro nome, mas pesei bem e vi que com um terceiro nome o Sílvio ganhava as eleições. Eu não tinha um candidato capaz de enfrentar a situação, até porque a minha base política em Guarabira é eminentemente popular.

H.M. - Aí apoiou a candidatura Augusto de Almeida?

O.A. - Eu, então, preferi apoiar a candidatura de Augusto de Almeida para evitar a eleição do Sílvio Porto.

H.M. - E em 58 o senhor candidatou-se a alguma coisa? Para deputado, federal ou estadual?

O.A. - Fui candidato do Partido Socialista a deputado federal, eu e o Joffily. Não foi a eleição em que o Joffily disputou a senatória?

H.M. - Não, essa foi em 62.

O.A. - Não, fui candidato a deputado estadual, mas fui mais para evitar uma eleição, eu não tinha...

H.M. - Quer dizer, o senhor não ganhou para deputado estadual?

O.A. - Não, nem visava, nem fiz campanha. Eu queria apenas evitar uma eleição em Guarabira, dividindo, se eu não fosse candidato...

H.M. - Mas o senhor como suplente chegou a assumir na Assembléia, não foi?

O.A. - Assumi.

H.M. - Depois que deixou a prefeitura?

O.A. - Foi.

H.M. - E depois que deixou a prefeitura, foi quando o senhor foi para a Sudene, em 59?

O.A. - Eu fui em 60.

H.M. - Na eleição de 60, houve a eleição presidencial e eleição governamental. Que posição o senhor tomou na presidencial, entre Jânio e Lott?

O.A. - Com o Lott.

H.M. - E no plano estadual entre Pedro e Janduí?

O.A. - Janduí.

H.M. - Aí foi quando o senhor foi para a Sudene?

O.A. - Não, fui para a Sudene exatamente quando o Celso Furtado organizou a Sudene, exatamente em 1960. Ele, então, me requisitou ao Banco do Nordeste, do qual eu era funcionário, era advogado.

E.R. - Os contatos que o senhor teve... que originaram esse convite, foram quais? O senhor conhecia já o Celso Furtado, já tinha uma...?

O.A. - Já.

E.R. - Daqui do estado mesmo, não é?

O.A. - Depois, no Rio de Janeiro.

E.R. - Já quando o senhor foi prefeito, nessa última vez em Guarabira, os problemas que originaram, posteriormente, o aparecimento das Ligas Camponesas, já transpiravam?

O.A. - Quando eu fui na última vez?

E.R. - É, foi 55 ou 59?

O.A. - Não, 59 não.

H.M. - Ainda não havia movimentação.

E.R. - Ainda não havia essa problemática mais formalizada não?

O.A. - Não, havia já o movimento das Ligas Camponesas, quando disputei a eleição uma terceira vez até.

E.R. - Em que ano?

O.A. - Em 63.

H.M. - E qual era a sua função na Sudene?

O.A. - Eu era chefe da assessoria jurídica.

H.M. - Então, naquele tempo, a Sudene estava se implantando, estava se estruturando, não é?

O.A. - É.

H.M. - Quer dizer, o senhor participou dessa estruturação da Sudene?

O.A. - Participei.

H.M. - Quais eram os problemas e as dificuldades que surgiram naquele momento, dentro da Sudene?

O.A. - A Sudene teve inicialmente muitos problemas, primeiro a luta dos usineiros.

H.M. - Quer dizer que havia grupos específicos que se opunham à Sudene?

O.A. - Havia, não à Sudene - à orientação de Celso Furtado na Sudene, praticamente à Sudene. Depois, também, as multinacionais.

H.M. - O primeiro plano diretor da Sudene, quando foi enviado ao Congresso, foi objeto de discussão muito acesa. Na elaboração desse plano diretor, o senhor teve participação, dentro da Sudene, no que seria o anteprojeto do plano?

O.A. - Não, no primeiro plano diretor não, porque eu fui para a Sudene e já estava organizado o primeiro plano diretor.

H.M. - E no segundo?

O.A. - Não; porque veja bem: a minha função como assessor jurídico era mais no sentido de dar forma jurídica a determinado padrão, aos instrumentos.

H.M. - Quer dizer, esse plano era essencialmente econômico?

O.A. - Econômico, técnico.

E.R. - E dentro dessa sua função de dar forma jurídica a essa nova instituição que estava nascendo, qual foi a orientação que o senhor seguiu, que dificuldades que teve, que processamento...?

O.A. - Não, eu não tinha uma orientação pessoal, quer dizer, eu seguia a orientação da Sudene. Agora, como assessor jurídico participei, também, na elaboração de planos econômicos. Lembro, por exemplo, que uma vez, quando das primeiras construções dos centros de abastecimento, veio um grupo francês fazer isso, e Celso me destacou e me mandou trabalhar com o grupo francês em torno desse problema. O problema da pesca também: ele me destacou certa vez, mas, às vezes, esporadicamente.

H.M. - Quer dizer, o senhor ficou na Sudene até 64?

O.A. - Não, saí antes de 64.

H.M. - Quer dizer, quando saiu, o Celso ainda era superintendente?

O.A. - Era superintendente.

H.M. - E qual foi a razão da sua saída?

O.A. - Terminou o prazo da minha requisição.

H.M. - E não conseguiu ser reconduzido?

O.A. - Não pleiteei mais, já estava...

H.M. - Quer dizer, aí o senhor voltou para o Banco do Nordeste?

O.A. - Voltei.

H.M. - E o senhor ainda é do Banco do Nordeste, dos quadros?

O.A. - Estou aposentado.

H.M. - Mas aposentado não por força de medidas...

O.A. - Não, fui aposentado pelo AI-5, quando tive meu mandato cassado.

H.M. - Quer dizer, foi aposentado então em 69?

O.A. - É.

H.M. - A esse tempo, em 60, o movimento das Ligas já começava a surgir em Pernambuco. E quando foi que começou a surgir na Paraíba?

O.A. - Começou a surgir na Paraíba logo depois. Surgiu... por meio de uma greve que houve em Rio Tinto. A greve foi a espoleta que fez explodir o movimento aqui.

H.M. - Essa greve foi motivada por quê?

O.A. - Foi uma greve lá na fábrica do...

H.M. - E como é que essa greve na fábrica, uma greve urbana, deu origem a esse movimento camponês?

O.A. - Porque o seguinte: em Rio Tinto os problemas da fábrica estão muito ligados aos do campo. Primeiro, porque o operariado da fábrica é recrutado entre camponeses; segundo, porque a fábrica também é latifundiária, a companhia.

E.R. - Latifundiária em que sentido?

O.A. - Tem grandes extensões de terra. A Companhia Rio Tinto tem quase todas as terras de Rio Tinto.

H.M. - O município pertence praticamente à Companhia.

O.A. - Para se constituir a cidade de Rio Tinto, foi preciso a Companhia fazer doação de alguns prédios, umas coisas e tal, porque não tinha nada, absolutamente nada, que não fosse da fábrica.

H.M. - Prédios para uso público?

O.A. - É.

H.M. - Então o senhor, em 62, foi candidato a deputado federal pelo Partido Socialista?

O.A. - Fui.

H.M. - Apoiando o Joffily?

O.A. - Apoiando o Joffily.

H.M. - Mas havia eleição para duas vagas no Senado. O senhor apoiou somente Joffily ou apoiou o Joffily e outro candidato?

O.A. - Apoiei Joffily.

H.M. - Aluísio Campos era candidato também pelo Partido Socialista?

O.A. - Não.

H.M. - Aluísio foi candidato pela UDN e pelo PDC, mas ele era filiado ao Socialista.

O.A. - Eu apoiei Joffily, porque foi uma luta travada, também, em termos ideológicos, na qual cometemos um erro em face da intransigência, insistência de Joffily em ser candidato ao Senado...

H.M. - A tal da luta quimicamente pura de Joffily, não é?

O.A. - É. Teria sido prático só disputar a Câmara Federal, porque nós não tínhamos condições de disputar o Senado. Então, se nós tivéssemos feito isto, o Joffily e eu talvez tivéssemos... O Joffily, sem dúvida, teria sido eleito deputado federal, e eu possivelmente, porque teve cinquenta mil votos para senador, mas apenas sete mil para deputado federal, e ele naquela época concentrava o grosso dos votos.

H.M. - E o senhor teve quantos?

O.A. - Eu tive uma votação razoável dentro desse esquema.

H.M. - Foi o segundo mais votado da chapa.

O.A. - Fui, e com uma diferença muito grande dos outros. Eu vim logo depois de Joffily e com uma diferença muito grande dos outros.

E.R. - Essa campanha já se desenvolveu dentro de um clima de denúncia à dominação que se fazia ao homem camponês, às Ligas Camponesas? Quer dizer, os comícios já eram desenvolvidos em áreas camponesas do Brejo?

O.A. - Realmente se fazia. Em termos não somente da libertação dos camponeses, como também em função da influência do capital estrangeiro etc., o combate à influência do capital estrangeiro.

E.R.- Os elementos que estavam ligados na luta pela libertação do homem do campo tinham, vamos dizer assim, uma coordenação, tinham uma atitude homogênea ou eram atitudes individuais?

O.A. - Os homens...?

E.R. - Os homens que estavam trabalhando politicamente para a libertação do homem do campo - por exemplo: José Joffily, o senhor, o Assis Lemos mesmo -, tinham uma coordenação, uma atitude homogênea, uma orientação política, ou eram atitudes mais individuais?

O.A. - Nós sempre agíamos em conjunto.

H.M. - Havia uma coordenação?

O.A. - É.

H.M. - Vamos ao aspecto eleitoral. Em 63 o senhor disputa novamente a prefeitura de Guarabira. Foi quando houve essa movimentação, que o senhor falou há pouco, de pressão ideológica, que veio o Djalma Maranhão, por exemplo.

E.R. - Como é que o senhor traduziria essa característica ideológica?

O.A. - Não... Quando digo que tomou, assim, um aspecto ideológico, é que se deu o seguinte: os meus adversários diziam que eu queria a prefeitura como um ponto de sustentação das Ligas, e que eu era comunista... Tanto que tinham umas faixas com os seguintes dizeres: "Osmar e o povo contra o resto." E os meus adversários responderam: "Pimentel e o resto contra o comunismo." E, então, fui derrotado no último dia das eleições, porque eu praticamente estava vitorioso, porque compraram a peso de dinheiro, títulos, para o miserável não ir votar. E, então, nessa coleta de dinheiro, todos os latifundiários do estado entraram com grandes contribuições. Até o alto comércio do Recife que tinha filiais em Guarabira, entrou com contribuições contra mim. De lá, os meus adversários foram em comissão a Recife, dizer que eu era comunista e que queria a prefeitura para fazer ponto de apoio do Partido Comunista e de até um alto comércio. Além do mais, naquela época a Igreja não tinha tomado ainda essa posição que tem hoje, e eu tinha lá um padre que era o vigário..

[FINAL DA FITA 2-B]

E.R. - O senhor estava dizendo, então, que estava com as eleições vencidas, mas no final da campanha, os latifundiários e o comércio de Recife com filiais em Guarabira, levantaram fundos. Como é que se transformavam em votos esses fundos?

O.A. - É o seguinte: quando vi, na tarde das eleições, a abstenção, aí percebi. É que eles foram nos bairros populares, na minha base eleitoral, e davam dinheiro em troca do título.

E.R. - Compravam o título?

O.A. - Compravam o título para evitar que a pessoa pudesse votar. É preciso notar o seguinte: hoje e creio que já naquele tempo, podia-se votar com a carteira de identidade, mas o que ocorre é que no interior

pouca gente tem outro documento além do título. Identidade é difícil.

E.R. - A compra de títulos foi um fenômeno em Guarabira, ou ocorreu em outros municípios?

O.A. - Não. Isso ocorre, mas da forma como foi feita eu não conheço; só conheço Guarabira, prender o título, só Guarabira. No mais era dar dinheiro para votar em fulano, em beltrano.

H.M. - Qual foi a posição que o prefeito que o senhor tinha apoiado, o dr. Augusto de Almeida, tomou em relação à sua candidatura, foi contra também?

O.A. - Foi contra.

H.M. - Quer dizer, os comandos políticos eram contra?

O.A. - Todos, comandos políticos e econômicos.

E.R. - Quem venceu a eleição?

O.A. - Foi o meu adversário.

H.M. - Quem era?

O.A. - Pimentel Filho. Por uma diferença muito pequena. Agora, a Igreja que não tinha tomado, ainda, a posição que tem hoje, ficou contra mim. O vigário local de então fazia um sermão, quase todo dia, contra a minha candidatura.

E.R. - Quer dizer, os camponeses ainda não estavam num momento de muita politização, não é? A ponto de eles venderem a participação política, que seria simbolizada pelo cartão eleitoral, título.

O.A. - Não, há o seguinte: é preciso não perder de vista a situação de extrema miséria em que vive essa massa. É miséria extrema, então, muitas vezes, eles podem até

perceber, mas a situação de fome, de miséria é tal, que terminam cedendo e quase sempre eles fazem na esperança de recuperar. Porque não diziam que era para ficar com o título não; davam o dinheiro, ficavam com o título e diziam: "Olhe, depois da eleição, eu mando o título."

E.R. - Isso não pôde ser denunciado?

O.A. - Não, pelo seguinte, isso foi feito nos dois últimos dias. Não havia tempo para comprovar isso, fazer prova e tal.

E.R. - O senhor teria uma noção, mais ou menos, de quanto eles pagavam por título, na época, em relação ao salário mínimo, por exemplo?

O.A. - Eles davam uma importância. Não estou lembrado quanto era, mas eu sei que era uma importância que representava alguma coisa, quer dizer, representava, pelo menos, digamos, cinco dias de comida, três dias de comida.

H.M. - Uma feira semanal. Nesse ano de 63, também, o Ivan Figueiredo foi candidato em Sapé. Perdeu para o Cassiano Ribeiro.

O.A. - Foi.

H.M. - Havia alguma articulação entre as duas candidaturas, que tinham uma conotação ideológica semelhante?

O.A. - Não, articulação não havia. Agora, a nossa posição era a mesma, minha e de Ivan, era a mesma. Eu lutei, inclusive com Ivan, na Liga de Sapé.

H.M. - O senhor disse que em 63, então, houve líderes nacionais que foram lá, como Djalma Maranhão. Esse pessoal ia fazer comício?

O.A. - Fazer comício em favor da minha candidatura.

H.M. - Quem foram os outros? O Joffily esteve lá?

O.A. - O Joffily esteve sim.

E.R. - O senhor concorria pelo Partido Socialista, ou pelo PSD? Ivan concorria em Sapé pelo PSD, nessa época.

O.A. - É, PSD.

H.M. - A sua última campanha foi em 68, em Campina Grande, não é?

O.A. - Foi, foi na Paraíba.

H.M. - Mas o senhor foi candidato a prefeito em Campina Grande, não foi?

O.A. - Sim, a prefeito em Campina.



H.M. - Por que o senhor foi ser candidato em Campina Grande, onde não tinha militância política anterior?

O.A. - Quando fui candidato a última vez, a deputado federal...

H.M. - Em 62?

O.A. - Não, deputado federal em 66.

H.M. - Em 66 foi novamente?

O.A. - Eu não fui deputado federal, cassado em 69?

H.M. - O senhor foi candidato pelo MDB já, em 66?

O.A. - Foi, pelo MDB.

H.M. - Aí ficou como suplente?

O.A. - Em 66, quando fui candidato, eu tive em Campina, numa votação espontânea, quase três mil votos - dois mil e muitos votos. Veio a eleição para prefeito, os líderes de Campina me fizeram um apelo para me candidatar - inclusive Argemiro, de quem tenho uma carta, fazendo um apelo veemente para eu me candidatar -, para ajudar a candidatura de Ronaldo, porque entendiam eles, entendia Argemiro, entendiam todos lá que esse grupo que votava em mim, eu, não sendo candidato, votaria em Vital. Isto assegurava a vitória de dois candidatos muito fortes: Vital e Severino Cabral.

H.M. - Pela Arena?

O.A. - Pela Arena, pois é, os dois pela Arena, e o Ronaldo enfrentando os dois - dois candidatos muito fortes -, e eles achavam que se eu não fosse candidato, essa massa que votava em mim, votaria em Vital. E, com efeito, quando me candidatei, atendendo a esses apelos, Vital me procurou, em Brasília - ele era meu colega na Câmara - e me fez sentir que se eu fosse candidato, ele não tinha condições de disputar, porque a impressão dele era exatamente a mesma: tinha condições de vencer Severino Cabral, mas, sendo eu candidato, uma grande margem votaria em mim e votaria nele, se eu não fosse candidato. Então me disse isto.

H.M. - Mas Vital a esse tempo era da Arena. E esse pessoal que tinha votado num candidato do MDB, estaria disposto a votar num candidato da Arena?

O.A. - A minha votação, em 66, em Campina Grande, não foi votação emedebista, votação arenista etc... Eu travei, na Paraíba, uma luta, talvez quixotesca, contra a ditadura, compreendeu? Então concentrei um mundo de votos de trabalhadores, de classe média, que não estavam vendo com bons olhos esse regime, já, inclusive, sofrendo as restrições de ordem econômica etc. Então, a minha votação se deu... Eu tive essa votação... aqui em João Pessoa, por exemplo, tive três mil votos. Eu não gastei um real, como não gastei em Campina, como não gastei em parte nenhuma, mesmo porque não tinha. Mas em Campina, eu ainda tive uma pequena despesa, pois comprei um amplificador, aluguei um jipe e entreguei aos estudantes; aqui, nem isso.

Então esse apoio foi em virtude da minha luta contra a ditadura, que foi uma luta violenta.

E.R. - Em 64 o senhor foi identificado com o problema das Ligas Camponesas?

O.A. - Antes, ainda no caso de Campina. Tanto assim, que mantida a minha candidatura, o Vital do Rego deixou de ser candidato da Arena e candidatou-se pelo MDB. Aí a minha candidatura perdeu o seu objetivo. O objetivo da minha candidatura em Campina Grande foi esse.

H.M. - O resultado foi que o senhor teve menos votos para prefeito do que tinha tido para deputado.

O.A. - Eu não fui praticamente candidato, porque, depois, cumprido o objetivo, que era afastar... Inclusive pessoas que iam me procurar, eu mandava votar em Ronaldo.

H.M. - Dr. Osmar, o senhor veio a ser cassado em 69 com o AI-5. Quer dizer, está completando dez anos agora, ou já completou?

O.A. - Completou no dia dezesseis.

H.M. - De janeiro. A que o senhor atribui o fato de não ter sido punido anteriormente? O senhor teve uma atuação tão expressiva quanto a de Joffily, a de Assis Lemos, nesse movimento camponês?

O.A. - Eu me submeti, também, a um IPM...

H.M. - E eles foram cassados, o senhor escapou do AI-1 e tudo...

O.A. - Eu atribuo ao seguinte... Pode ser, é uma hipótese, não sei, porque nos mistérios dessa ditadura eu não penetro, mas pode ser isto: eu soube e soube assim [inaudível] que o meu processo tinha ido... tinha voltado a Recife e a João Pessoa, para informar, porque não tinha sido feita uma prova das acusações que levantavam contra mim.

E.R. - Quais eram?

O.A. - Acusações de subversão. Então, nesse interregno, o processo teria demorado muito, e veio a extinção do AI-1...

H.M. - Houve a do AI-1, que foi em 64 até junho só. Em 65, com o AI-2, foi reaberto o processo de cassações. Foi a oportunidade em que Assis foi cassado, quer dizer, Assis tinha sido cassado pela Assembléia, como deputado estadual e veio a ter os direitos políticos suspensos pelo AI-2.

O.A. - Foi, e Joffily.

H.M. - Não, Joffily foi na primeira lista.

O.A. - Foi, na primeira lista.

H.M. - Assis foi no AI-2: fim de 66, começo de 67.

O.A. - O Assis é o seguinte... Também aí é outra circunstância: eu não estava com mandato nenhum; Assis era deputado então. É possível que essa versão que eu soube, seja procedente.

H.M. - Mas correu na época uma outra versão. Quando se esgotaram os prazos punitivos do AI-1, em 64, 66, e o senhor escapou... Correu na época, eu me lembro, uma outra versão: o senhor, com um grande número de parentes militares, generais, teria sido salvo por essa influência.

O.A. - É, correu, mas há o seguinte: realmente tenho vários primos militares, compreendeu? Generais e tal e que são meus amigos, alguns deles homens sérios, homens admiráveis. Acredito mesmo que eles intervissem se fosse possível evitar, mas o diabo é que eles não tinham condições para isso. Eu atribuo a isto: o Joffily estava em atuação política, Assis também, quer dizer, era deputado, e eu estava ofuscado, então...

E.R. - Ficaria difícil cassar.

O.A. - Não, eu digo: não se lembraram de mim, eu estava fora da pista.

H.M. - Quer dizer que o senhor já tem um mês de direitos recuperados. E tenciona voltar à atividade política?

O.A. - Voltar à atividade política, eu voltarei. Acho que é um dever de todos nós.

H.M. - E já se filiou ao MDB [inaudível] ou não se filiou?

O.A. - Não porque preciso primeiro me alistar eleitor, mas vou me filiar. Não vou aguardar para novos partidos. Acho que a posição é fortalecer a oposição que existe no momento; depois, sim, com a formação de novos partidos, é outra coisa.

H.M. - Nós gostaríamos que o senhor falasse mais um pouco sobre essa sua campanha de 66, quando o senhor era praticamente o único opositorista, digamos, mais radical aqui, em atuação.

E.R. - Sobre a plataforma, bases de apoio.

O.A. - A minha campanha de 66 foi feita em termos que surpreendeu muita gente, porque estávamos num governo ditatorial, que era o Castelo Branco, e sob a vigência de ato institucional, e eu não tive papas na língua. Eu situei os problemas com muita veemência, inclusive num discurso que fiz defronte da catedral no encerramento da campanha. Eu cheguei a mencionar, a citar nominalmente os ministros do Castelo Branco e a vinculá-los aos grupos econômicos aos quais eram filiados - grupos econômicos internacionais. De maneira que minha campanha foi feita nestes termos, quer dizer, de pregação democrática, de crítica à instauração da ditadura, que eu ligava expressamente aos interesses do capital estrangeiro de deter o desenvolvimento autônomo do país. Nesta ordem, eu, então, fazia críticas à orientação da economia, era a orientação econômica do governo, e à orientação política.

E.R. - Dr. Osmar, nesse período, que grupos e que elementos o apoiavam?

O.A. - A` frente de minha campanha, estava a mocidade estudantil.

E.R. - O senhor conseguiu apoio da pequena e média empresa e da classe média esclarecida, dos sindicatos?

O.A. - Sim, eu não diria eu consegui; houve esse apoio espontâneo. Tanto que eu nunca pedi um voto nem mesmo nos meus discursos, nunca pedi voto; eu expunha minhas idéias. E houve casos como em Santa Rita. Passei em Santa Rita uma vez, havia um comício do MDB, eu falei no comício do MDB e segui para Campina Grande. O Gadelha, Eraldo - o irmão do Eraldo Gadelha era candidato a deputado estadual -, ou o próprio Gadelha - e o candidato deles era o Janduí Carneiro - quando foram distribuir a chapa lá na fábrica, o operariado disse: "Não, nós votamos no senhor, mas não queremos a chapa." Queriam a minha chapa, quer dizer, houve uma preferência espontânea em face das posições que eu estava assumindo.

H.M. - Mas a essa altura, 66, já com dois anos de repressão, o movimento camponês praticamente não existia mais, não é?

O.A. - Não.

H.M. - Quer dizer que aquelas massas rurais ali da Várzea e do Brejo já não significavam mais.

O.A. - Não.

H.M. - Quer dizer, esse apoio o senhor não teve.

O.A. - Não, apoio eu até tive; massa camponesa organizada não, porque não havia mais isso.

H.M. - Mas alguns dos antigos líderes das Ligas ainda o apoiaram?

O.A. - Os líderes camponeses das Ligas, estes foram embora ou foram mortos, como o caso de Pedro Fazendeiro. Não tiveram mais condições de qualquer atuação.

E.R. - Sua votação mais expressiva nessa campanha foi onde?

O.A. - João Pessoa e Campina Grande, e Guarabira... Mas eu fui votado em todos os municípios do estado, menos dois.

H.M. - Quais?

O.A. - Curemas, porque não havia chapa.

H.M. - Foi a última eleição em que funcionou a chapinha.

O.A. - A chapinha. E em outro município que não me recordo.

H.M. - E qual foi o resultado final dessa eleição? O senhor foi eleito deputado?

O.A. - Fiquei com a diferença de trezentos mil e poucos votos entre mim e Gadelha, José Gadelha. José Gadelha assumiu apenas quatro ou cinco meses, pediu licença e ficou licenciado.

H.M. - E o senhor, aí, assumiu?

O.A. - Assumi, quer dizer, exerci realmente dois anos de mandato.

H.M. - No episódio Márcio Moreira Alves, o senhor estava em gestão?

O.A. - Estava, falei na Comissão e falei na Câmara. Inclusive o Márcio Moreira Alves é um grande amigo meu.

E.R. - Essa sua fala, dr. Osmar, no caso do Márcio Moreira Alves, foi em que sentido?

O.A. - Em favor da imunidade parlamentar de que o Márcio gozava, quer dizer, no sentido de não consentir na licença para processá-lo.

*2a. Entrevista: 20.02.1979*

E.R. - Dr. Osmar, hoje eu gostaria de conversar com o senhor, iniciando pela sua participação parlamentar exatamente no período compreendido entre 1966 e 68. Em que termos foi a sua atuação? Por que sabemos que nesse período a conjuntura política estava muito delicada e vários fatos ocorreram. O senhor, que é um homem de oposição e que não foi cassado em 64, como vimos na vez anterior, como se viu, participando parlamentarmente naquela conjuntura política?

O.A. - Eu exerci o mandato como instrumento de luta contra a ditadura. Neste sentido foram meus vários discursos proferidos na Câmara. Relembro assim de passagem, por exemplo, um desses discursos em que focalizei ou procurei focalizar, em termos de profundidade, o conflito que se verificou entre o regime e a Igreja, como, também, a análise da situação da conjuntura econômica, social e política do país, mostrando, antes de tudo, que 1964, a chamada Revolução de 1964 - expressão que não uso, revolução, porque revolução tem um sentido de profundidade -, no meu entender, foi um puro golpe ou uma quartelada... Mas analisei repetidamente a conjuntura econômica, ia dizendo, social e política, vinculando esse golpe, antes de tudo, aos interesses imperialistas, que inclusive visavam impedir um desenvolvimento autônomo da economia nacional. Poderia sintetizar minha passagem pela Câmara nestas poucas palavras: fiz do mandato, repito, um instrumento de luta contra o regime ditatorial e, em várias oportunidades, procurei pôr a limpo os objetivos, os reais objetivos que os golpistas pretendiam.

E.R. - Dentro dessa sua fala na Câmara dos Deputados, a Igreja já tinha uma participação mais progressista dentro da sociedade brasileira, na área rural aqui do Nordeste?

O.A. - Já, e por isso mesmo ela se conflitou com o regime... A Igreja tomou realmente posições democráticas, posições antiditatoriais no plano político assim como no plano social-econômico. Ela se abriu para soluções mais consentâneas com a justiça social.

E.R. - Essa Igreja foi trazida aqui no Nordeste... Nós sabemos que dom Hélder Câmara foi uma figura muito importante. Mas que elementos, o senhor acha que foram, juntamente com dom Hélder, importantes para...?

O.A. - A minha impressão é que aqui no Nordeste foi dom Hélder Câmara quem fez essa abertura, em termos sistemáticos. Naturalmente aproveitando elementos do clero que já comungavam do mesmo pensamento.

[FINAL DA FITA 3-A]

E.R. - Dr. Osmar, em que época da sua vida, o senhor começou a tomar contato com esses problemas rurais?

O.A. - Vivi sempre em contato com os problemas rurais. Meu pai era médio fazendeiro, nós passávamos grande parte do ano na fazenda, e é natural, por conseguinte, que eu me interessasse pelos problemas do campo.

E.R. - A consciência de que a população rural não era protegida por uma legislação e era subordinada no regime de dominação política, o senhor foi adquirindo politicamente através de que processos? Em que momento isto se tornou importante politicamente para o senhor?

O.A. - Eu diria que embrionariamente isto eu aprendi com meu pai. Meu pai nunca conseguiu acumular grande fortuna e sempre falava, com uma nota de revolta, da espoliação cruel de que era vítima o camponês. Ele achava que o camponês era tratado realmente como um escravo, e por isto mesmo nunca na sua fazenda admitiu a chamada figura do feitor, porque ele dizia: "Esses homens já trabalham para a gente por nada, e ainda colocar atrás um feitor para exigir de suas forças o que, às vezes, estas forças não podem dar..." Então, estas conversas do meu pai em família - e ele, também, manifestava essas impressões fora - talvez tivessem me despertado o interesse pelo camponês.

E.R. - A sua participação política, ligada ao campo, mais especificamente às Ligas, como é que se deu?

O.A. - Politicamente eu fui ligado ao campo, antes de tudo, como homem de partido. Eu tinha uma base política rural.

E.R. - Já no PSD ou ainda na UDN?

O.A. - Em ambos. Foi quando eclodiu no Nordeste o movimento das Ligas Camponesas, aí então...

E.R. - Em que ano, dr. Osmar?

O.A. - Por volta de 1958.

E.R. - O senhor estava dizendo que tinha contatos como homem de partido. O senhor se vinculou a esse fenômeno das Ligas em que medida?

O.A. - Eu me vinculei aos problemas das Ligas como homem de esquerda.

E.R. - Quais foram as pessoas que levaram esses problemas, que o trouxeram para esses problemas das Ligas, com quem o senhor começou a atuar mais intimamente com isso?

O.A. - Já tive oportunidade de salientar, por ocasião da primeira entrevista, que as Ligas na Paraíba tiveram como precursor uma greve na fábrica Rio Tinto. Perguntar-se-á: por que essa vinculação entre uma greve operária e o movimento camponês?

E.R. - Uma fábrica de tecidos?

O.A. - Uma fábrica de tecidos. É que o operariado da fábrica Rio Tinto era constituído todo ele de camponeses, e a própria empresa industrial era ao mesmo tempo, também, senhora de extensas terras naquele município. Ela detinha um latifúndio...

E.R. - Esse latifúndio era plantado de quê?

O.A. - Plantado de nada. Ela comprou essas terras, adquiriu essas terras, essas grandes extensões de terra, para tirar lenha para a fábrica na época em que a máquina era movida a lenha.

H.M. - A propósito, dr. Osmar, houve uma questão judicial muito longa entre remanescentes da família Dantas e a Companhia de Tecidos Rio Tinto, exatamente a propósito de venda dessas terras. Ao que me parece, quer dizer, pelos autos da questão, a companhia aproveitou-se, daquela situação que a família Dantas atravessou logo em seguida a 30, para falsificar escrituras ou coisa que o valha. O senhor tem conhecimento deste fato?

O.A. - Não, não tenho conhecimento, mas eu sei que ela avançou em muitas terras. Ela utilizava, lá em Rio Tinto, a mesma técnica comumente utilizada pelo latifundiário: incorporar terras pela violência... sem forma nem figura de direito.

E.R. - Essas terras eram simplesmente para fornecimento de madeira, não é?

O.A. - De lenha para a Rio Tinto. Então, a fábrica modificou a sua técnica, mas manteve essas extensões, esses latifúndios.

H.M. - Modificou a técnica no sentido de não usar mais lenha como combustível?

O.A. - Sim, mas manteve esse latifúndio, e era um cruel latifundiário, explorava miseravelmente aqueles camponeses.

E.R. - Os operários da fábrica de Rio Tinto eram moradores dessas extensões?

O.A. - Não. A fábrica recrutava o seu operariado entre camponeses.

E.R. - Mas camponeses dessa região, desse latifúndio?

O.A. - Daí e de fora, dos municípios vizinhos. É claro que quando eles passavam a operários, passavam a residir na cidade, mas vinculados, também, ao campo - com parentes, com pais, com irmãos, vinculados ao campo.

E.R. - Com uma estrutura mental de um camponês. O senhor estava explicando por que a ligação do movimento camponês com o início dessa greve.

O.A. - Por causa da ligação, exatamente dessa vinculação que havia entre o operariado e o camponês. Isto despertou, no elemento do campo ali, a primeira preocupação de se organizar numa liga.

H.M. - Mas houve repercussão prática, traduzida em fatos concretos, dessa greve, no seio dos camponeses, ou ficou só na idéia de...?

O.A. - Não, chegou a se organizar a Liga.

H.M. - Quer dizer, essa foi a primeira Liga da Paraíba?

O.A. - Foi, surgiu dali. Depois veio a de Sapé, a de Sapé que era... eu não sei bem as de Pernambuco, mas talvez a maior do Nordeste. Acho que chegou a congregar dez mil camponeses.

E.R. - É, a maior do Nordeste. O senhor participou na fundação de alguma dessas Ligas?

O.A. - Eu participei do movimento camponês em todo o estado, onde se organizaram as Ligas, fazendo concentrações, entrando em contato com líderes camponeses. Porque uma preocupação dominante era encontrar líderes entre eles mesmos, senão o movimento não podia ir adiante. Eu, Julião, aqui na Paraíba - Julião vinha constantemente à Paraíba fazer concentrações em Sapé, Guarabira, Mamanguape...

E.R. - Quais as Ligas da Paraíba, o senhor se lembraria?

O.A. - Tinha a de Sapé, tinha a de Mamanguape, a de Mari, a de Guarabira. Em toda a Várzea do Paraíba havia Ligas.

E.R. - Itabaiana...

O.A. - Itabaiana, Rio Tinto.

H.M. - Mas o senhor foi convidado especificamente por alguém para entrar nas Ligas ou...?



O.A. - Não, eu entrei naturalmente nas Ligas, por força de minhas posições políticas. Com a eclosão das Ligas, eu me senti logo interessado em participar, dadas as posições políticas que eu sempre havia assumido e a minha condição de homem de esquerda.

H.M. - O senhor é proprietário rural? Herdou a fazenda de seu pai?

O.A. - Sim, tenho uma pequena propriedade de cem hectares.

H.M. - Em Guarabira?

O.A. - Em Guarabira.

H.M. - E essa sua qualidade de proprietário, e exatamente no município onde houve uma Liga constituída como a de Guarabira, não lhe causou uma certa dificuldade de comunicação? Os camponeses não desconfiavam da presença de um político que era também proprietário, lá dentro deles?

O.A. - Não, por vários motivos: em primeiro lugar, porque as minhas lutas sempre tinham sido de caráter nitidamente popular; em segundo lugar, porque na minha propriedade - por isso mesmo que não vendia em termos capitalistas - nunca empreguei os métodos de exploração, a não ser aquela exploração que todos nós fazemos por força da estrutura do regime capitalista, quer dizer, o salário. Quem paga salário, explora.

E.R. - Dr. Osmar, esse ponto de vista das lideranças é uma coisa com que tenho uma certa preocupação. Na sua interpretação, o movimento já existia organizadamente, quando os intelectuais, como o senhor, por exemplo, como o Assis Lemos, como o Julião, como o Joaquim Ferreira e outros, foram ao campo? Esse movimento já existia ou foram esses intelectuais que fizeram os movimentos?

O.A. - Não, o que houve na verdade foi o seguinte: havia umas sociedades beneficentes, puramente beneficentes. Ocorreu que Julião fazia parte, ou tinha influência numa dessas sociedades beneficentes em Pernambuco e, então, utilizou essa sociedade como a primeira Liga, quer dizer, dando-lhe o caráter de um órgão de defesa dos interesses do camponês.

E.R. - O Julião seria o inventor da Liga Camponesa?

O.A. - Aqui no Nordeste, foi ele quem transformou uma sociedade beneficente, puramente beneficente: era para dar um remédio; caixão, quando o sujeito morria e tal.

E.R. - Caixão para as crianças, não é?

O.A. - É. Então ele transformou isso num órgão de combate, de luta. Daí é que surgiram as Ligas aqui do Nordeste.

H.M. - Como é que essas sociedades beneficentes tinham se constituído? Quem tinha tido a idéia de constituí-las?

O.A. - Isso é antigo. Não digo com muita segurança, mas acredito que, talvez, até o clero, os próprios proprietários devem ter colaborado, porque aquilo não lhes ofendia.

Mas a origem do movimento foi esta, quer dizer, a origem foi esta... mas na verdade os intelectuais é que desceram ao campo para organizar, para orientar as Ligas. Este era o grande problema, porque, evidentemente, os intelectuais não poderiam dirigir a Liga; a Liga teria de ser dirigida por camponeses, por líderes surgidos entre os próprios camponeses.

E.R. - Dr. Osmar, as lideranças camponesas, ou mais próximas dos camponeses - como João Pedro Teixeira, como Nego Fuba, Pedro Fazendeiro, do próprio Ivan Figueiredo -, como é que estas pessoas foram encontradas?

O.A. - Não, surgiram. O caso de João Pedro Teixeira, por exemplo, de Fuba, é preciso notar o seguinte: eles eram camponeses... Talvez só Ivan Figueiredo, que era pequeníssimo proprietário, mas os outros eram camponeses.

E.R. - O Pedro Fazendeiro não era mascate, não?

O.A. - Mas são atividades que no campo estão vinculadas à atividade camponesa.

E.R. - Porque tenho visto, também, pessoas do universo camponês que lideraram um movimento, mas assim pequenos mascates, comerciantes, de pequena...

O.A. - Sim, por exemplo, Pedro Camponês vivia no campo, morava no campo. João Pedro Teixeira, sim, eu estou falando em João Pedro Teixeira. Pedro Fazendeiro é que era mascate mas homem também do campo. João Pedro Teixeira, por exemplo, foi uma liderança que eclodiu no movimento. Ele tinha qualidades de líder, eclodiu no movimento.

E.R. - Quer dizer que as primeiras lideranças foram as lideranças intelectuais?

O.A. - Sim, foram as intelectuais. Aí foram surgindo os líderes entre os camponeses.

E.R. - Posteriormente?

O.A. - Eu diria posteriormente ou talvez concomitantemente. Logo depois de formadas as Ligas, naturalmente começaram a surgir aqueles camponeses com capacidade de ligação, com capacidade de liderança. O caso de João Pedro Teixeira, por exemplo, é típico. João Pedro Teixeira, se não me falha a memória, era analfabeto, mas era um líder, um homem com sensibilidade de líder.

E.R. - Dr. Osmar, a preocupação sistemática em fundar Ligas, surgiu através de que iniciativa? Que elementos se preocuparam sistematicamente e viram, verificaram que as contradições rurais seriam um dado interessante para a política de oposição? Como é que surgiu esta preocupação?

O.A. - Eu não diria que seria um dado para uma política de oposição, porque em termos de partidos convencionais, os partidos nunca participavam das Ligas.

E.R. - Nem o PSD?

O.A. - Não.

E.R. - Estou falando isso me referindo, por exemplo...

O.A. - Elementos do PSD, elementos de outros partidos, elementos esparsos; mas em termos partidários não. Elementos que, pelas suas posições pessoais, afinavam com as Ligas.

E.R. - O PSD não tentou faturar eleitoralmente nas Ligas Camponesas por elas estarem em oposição aos latifundiários, que eram udenistas na região da Várzea?

O.A. - Na Várzea do Paraíba há duas correntes, ou duas correntes econômicas, vamos dizer: são os latifundiários e os miseráveis, com a classe média flutuante ali. Então, é natural que os adversários políticos dos latifundiários tivessem interesse no desenvolvimento das Ligas, ou melhor, eu não diria no desenvolvimento, em se apoiar nas Ligas, para fazer política contra o latifundiário, mas isso em épocas eleitorais.

H.M. - Mesmo que esses adversários políticos também fossem proprietários de terras?

O.A. - Não, todos não, por isso é que estou insistindo em dizer que em termos partidários não houve. Nenhum partido participou das Ligas.

H.M. - O senhor falou que os partidos políticos não atuaram como partidos na estrutura das Ligas. E o Partido Socialista não tomou uma posição sempre decidida a respeito?

O.A. - Não, o que houve foi o seguinte: em determinado momento, o Joffily, eu, Assis Lemos e outros elementos resolvemos disputar as eleições aqui pelo Partido Socialista, o que gerou, inclusive, uma cisão no Partido Socialista. Então o Partido Socialista, naquela ocasião, naquela conjuntura, foi, realmente, em apoio das Ligas, tendo sido, inclusive, eleito deputado estadual o Assis Lemos. Mas foi um fato, vamos dizer, eventual.

E.R. - Porque o próprio Partido Socialista não tinha força para impor uma diretriz, não é?

O.A. - Não. Nós utilizamos uma legenda.

E.R. - Dr. Osmar, o senhor liga a possibilidade de associações como as Ligas Camponesas ao governo de Juscelino Kubitschek?

O.A. - Como é?

E.R.- As Ligas apareceram no governo do Juscelino Kubitschek e, em nível estadual, no de Pedro Gondim. O senhor acha que a possibilidade de surgirem congregações e Ligas de caráter popular, estava exatamente recebendo, não a influência, mas aproveitando a oportunidade populista daquele governo?

O.A. - Não, não acho que estivesse aproveitando a oportunidade populista. O que ocorreu na verdade é o seguinte: justiça se lhe faça, o Juscelino Kubitschek criou, no

seu governo, um clima de liberdade e democracia que facilitaria, naturalmente, a formação de movimentos desse tipo.

E.R.- As Ligas, depois que tomaram uma importância e um crescimento maior, e nasciam separadamente, com pensamentos independentes ou existia algum órgão, alguma confederação que as congregasse em nível estadual e federal? Como é que essas Ligas eram pensadas politicamente?

O.A. - As Ligas eram fundadas em cada localidade, mas dentro dos mesmos princípios, dos mesmos objetivos e funcionando harmonicamente.

E.R. - Isso por quê? Eram a mesmas lideranças que formavam...?

O.A. - Eram as mesmas lideranças, e os objetivos eram muito nítidos para haver diversificação, quer dizer, haver federação. Havia, também, a Federação das Ligas Camponesas, federação do estado, que foi fundada em 1962.

E.R. - Quais eram as funções dessa Federação?

O.A. - A Federação era uma função coordenadora. Inclusive quando, por exemplo, havia um problema mais grave, os representantes da Federação é que se entendiam com os poderes públicos.

E.R. - Quem era o presidente dessa Federação?

O.A. - Assis Lemos.

E.R. - E a tesoureira?

O.A. - A tesoureira, Maria do Carmo de Aquino.

E.R. - É a sua irmã?

O.A. - Minha irmã.

E.R. - Dr. Osmar, como é que era organizada formalmente essa Confederação, que departamentos tinha e que assistência ela pretendia prestar ao movimento?

O.A. - A Federação foi organizada para dar maior ordenamento e força às Ligas. A Federação organizava os departamentos jurídicos, entendia-se com os governadores, dirigia-se ao secretário de Segurança, quando havia problemas, incidentes com camponeses, e tomava posição diante de fatos nacionais, como a da renúncia de Jânio Quadros, em que a Federação apoiou o Goulart, que os ministros militares não queriam que tomasse posse na condição de vice-presidente. Quer dizer, a função da Federação era uma função representativa ordenadora...

[FINAL DA FITA 3-B]

E.R. - Dr. Osmar, tinha uma Confederação Nacional das Ligas, que, se não me engano, funcionava no Rio de Janeiro e que tinha como presidente de honra Julião e como presidente executivo José Isidro. Por acaso essa Federação tinha uma ligação com essas outras Ligas, que apareceriam, por exemplo, no estado do Rio, em Pernambuco? Existia uma ligação interestadual?

O.A. - Não. Quer me parecer que não havia uma interação entre essas federações, mas é natural que elas se entendessem no sentido do movimento, de desenvolver o movimento.

E.R. - O senhor disse que, fora essa atividade representativa, uma das principais atividades da Federação era o departamento jurídico. Quais as principais questões que esse departamento recebia e quais advogados militavam na Federação?

O.A. - As questões principais eram exatamente aquelas que se relacionavam com camponeses expulsos da terra sem indenização e sem roçados, em suma, esse processo costumeiro e espoliativo do camponês. Porque o proprietário punha para fora um camponês de suas terras e tomava-lhe os roçados e não dava indenização de coisa nenhuma. A partir das Ligas, quando um camponês era expulso da terra, um advogado ia defender os seus interesses.

E.R. - Que advogados militavam nessa...?

O.A. - Muitos, não havia um departamento propriamente jurídico. Os advogados ligados às Ligas, todos eles, inclusive eu, defendiam os camponeses.

E.R. - Que colegas o senhor tinha, nessa época, como advogado?

O.A. - Posso lembrar: João Bernardo, Bento da Gama, José Gomes, [inaudível]. Eram muitos, não havia um grupo de advogados num departamento. Todos aqueles advogados que se interessavam pelas Ligas prestavam seus serviços, porque também os casos eram muitos.

H.M. - Mas esses advogados das Ligas prestavam assistência somente nessas questões cíveis, ou também em questões criminais? Se, por exemplo, um camponês estivesse envolvido, indiciado em inquérito policial, contava com assistência?

O.A. - Contava, contava com assistência do advogado. Eu apenas acho, apenas estou salientando que o mais comum eram essas questões referentes à espoliação de que o camponês é vítima.

H.M. - Dr. Osmar, a legislação vigente, o Código Civil principalmente, fornecia instrumentos para essa luta jurídica?

O.A. - O Código Civil Brasileiro é um código de proprietários, para proteger os interesses dos proprietários e dos credores, mas, de qualquer maneira, deixa margem à defesa de certos direitos. É o caso do camponês, por exemplo. Evidentemente eles tinham o inegável direito a serem indenizados, se postos para fora. Não podia o proprietário ficar com as suas lavouras, com as suas coisas. Então, para essas coisas mínimas, realmente obtinha-se êxito total.

H.M. - Dr. Osmar, e no andamento dos processos, gostaríamos de saber, por exemplo: as atitudes dos juizes eram favoráveis, em termos gerais? Algumas das partes mostravam simpatia pelas reivindicações camponesas?

O.A. - Não, os juizes se portavam como juizes, via de regra, honestamente, os que eu conheci. Sem manifestar simpatia por esta ou aquela corrente; é possível que, se tinham as suas simpatias pessoais, não manifestassem.

H.M. - E os promotores?

O.A. - Sendo que havia juizes, um pequeno número - a gente cita uns dois ou três -, que tomaram atitudes, posições, posições judiciais, sempre em defesa... assegurando a defesa dos camponeses, assegurando em termos jurídicos. Inclusive um ou mais de um, pelo menos estou recordando o nome, foram punidos, foram presos em 64.

E.R. - De que municípios eram esses juizes de que o senhor se recorda?

O.A. - De Rio Tinto, o dr. Ximenes, que foi e chegou a ser preso.

H.M. - E foi posto em disponibilidade, ao que me parece.

O.A. - Foi posto em disponibilidade.

E.R. - E de quais outros municípios?

O.A. - No momento só estou lembrado dele.

H.M. - Dr. Osmar, e os promotores? Eu distingo porque a posição dos promotores era diferente: o juiz estava na comarca em caráter vitalício; e aqui na Paraíba, como nós sabemos, há uma quantidade muito grande de promotores interinos, consequentemente sujeitos a pressões dos chefes políticos.

O.A. - Os promotores se portavam de acordo com as suas preferências pessoais, as suas inclinações pessoais.

H.M. - E essas inclinações em média tendiam para que lado?

O.A. - A atuação dos promotores era praticamente mínima, de maneira que não me recordo. Não estou recordando nenhum caso assim específico.

E.R. - A que artigos de lei se recorria mais para a defesa desses camponeses?

O.A. - Às disposições do Código Civil, que se relacionam, por exemplo, com a locação, com o arrendamento.

H.M. - E ainda dentro do aparelho judicial, nós gostaríamos de saber a posição dos cartórios, cujos titulares - geralmente nomeados por influência política e consequentemente ligados ao mando político - eram, muitas vezes, também, proprietários de terra. Eles não procuravam enterrar a marcha desse processo?

O.A. - Onde atuei não. Em Guarabira, por exemplo, onde eu atuei como advogado, não... e em Sapé também não.

H.M. - E em outras comarcas, o senhor tem notícias?

O.A. - Não, não tenho notícia.

E.R. - Dr. Osmar, imagino que essas questões que surgiam ligadas ao problema do homem do campo, do camponês, eram de expulsão de terra e de não-pagamento das indenizações devidas. Por que esses elementos eram expulsos? Estou perguntando isto pelo seguinte: existe uma tese, uma hipótese - ainda não sei se estaria confirmada ou não - de que esses camponeses seriam expulsos exatamente quando culturas mais capitalistas entrariam no campo. Então aquela cultura de subsistência que o camponês utiliza para a sua sobrevivência, tenderia a desaparecer à medida que culturas capitalistas tomariam aquele lugar. O senhor acha que esta afirmação é devida?

O.A. - Até certo ponto sim, porque as culturas capitalistas, entendendo-se como, por exemplo, a cana-de-açúcar, o algodão...

E.R. - Para exportação, não é?

O.A. - Cana-de-açúcar, algodão e, também, a pecuária.

E.R. - O abacaxi.

O.A. - O abacaxi, o sisal em certa época. Aos donos de terras não interessava mais arrendar suas terras porque queriam reservá-las exatamente para esse tipo de atividade econômica.

E.R. - O senhor acha que esse foi um dos principais fatores de expulsão dos camponeses e conseqüentemente...

O.A. - Não.

E.R. - Qual seria?

O.A. - Não, um dos fatores sim, um dos principais fatores. Agora, havia, também, a pressão. Eles expulsavam como pressão para evitar a filiação do camponês às Ligas. Era muito comum. Bastava que um camponês se filiasse a uma Liga, só isso, para ser expulso.

E.R. - Dr. Osmar, o advogado tinha uma função política...? Por exemplo: imagino que, em momentos anteriores às Ligas Camponesas, esse camponês não tinha nem direito a uma justiça. Uma questão destas ia para a delegacia direto. As atividades da advocacia neutralizaram isso?

O.A. - Uma questão dessa não ia para canto nenhum, nem delegacia, porque os delegados... a Polícia sempre esteve a serviço dos grandes proprietários. Ele simplesmente perdia.

E.R. - Sem conversa?

O.A. - Sem conversa.

E.R. - Uma das funções básicas das Ligas foi exatamente levar o camponês para a Justiça, não é?

O.A. - É, uma das funções básicas foi primeiro dar consciência ao camponês dos seus direitos e do processo de espoliação que sobre ele se exercia, porque o camponês era muito humilde. O camponês era espoliado e ainda ficava de chapéu na mão diante do grande proprietário. As Ligas deram consciência dos direitos, do processo de espoliação de que o camponês é vítima e, também, por outro lado, demonstravam que como associados poderiam defender-se, certos de seus direitos.

E.R. - Tenho notícia de que as Ligas forneciam para seus associados uma carteirinha. Isto é certo?

O.A. - É.

E.R. - O senhor acha que essa carteirinha dava ao camponês um sentimento de proteção, da mesma maneira que uma carteira profissional dá uma proteção a um trabalhador rural?

O.A. - Não, dava uma impressão de luta.

E.R. - Dava uma consciência de classe?

O.A. - De luta, consciência de classe e de luta. Eu participei de concentrações da Liga de Sapé. Era impressionante ver uma enorme massa camponesa: homens e mulheres, velhinhas, velhinhas às vezes, às vezes não, velhinhas de xale na cabeça, gritando: "Queremos terra, reforma agrária."

E.R. - Tenho uma hipótese, também, de que o próprio fato de o camponês portar essa carteirinha, aquele símbolo representar para ele uma consciência de classe, que ele não tinha anteriormente.

O.A. - Pois é, exatamente, uma consciência de classe.

E.R. - O senhor acha que o símbolo da carteirinha fortificou essa consciência?

O.A. - Uma consciência de classe e uma disposição de luta.

E.R. - Dr. Osmar, essa carteirinha era um estigma para o camponês, na medida em que o proprietário o encontrasse portando?

O.A. - Comumente, quando um proprietário sabia que um seu morador havia entrado para uma Liga, ele o expulsava da terra.



H.M. - Dr. Osmar, houve, ao que parece, a idéia de se criar uma justiça agrária para dirimir essas questões entre proprietários e camponeses, que funcionaria, mais ou menos, nos mesmos moldes da Justiça do Trabalho. O senhor tem algum conhecimento a respeito disso?

O.A. - Não, isso nunca tomou vulto, nunca tomou corpo.

H.M. - Ficou só em idéia?

O.A. - É, idéia vaga.

E.R. - Não chegou nem a ser um projeto de lei?

O.A. - Não, que eu me lembre não. Não houve projeto nesse sentido. Houve projeto de reforma agrária, mas de constituição da justiça agrária não.

E.R. - Dr. Osmar, o camponês é um homem que está alienado de outras informações. Nós, temos, por exemplo, nos centros urbanos, vários estímulos diferentes. O camponês é alienado em seu mundo, recebendo poucas informações, e uma das poucas fontes de informações que o camponês tem, é através daquele sistema de dominação do latifundiário. Eu acho, particularmente - e gostaria de perguntar isso ao senhor -, que o camponês é mantido nesta alienação através de três instrumentos de dominação: exatamente a Justiça, que está na mão dos proprietários; o capanga, que é um elemento de violência a favor dos proprietários; e a Polícia, que também está vinculada, pessoalmente, ideologicamente a estes mesmos proprietários. Acho, também, que essa consciência de classe camponesa surgiu quando estes três elementos foram eliminados através da atuação desses intelectuais orgânicos e da própria ação das Ligas. O senhor concordaria com isso? E, se concordaria, como é que esses três elementos foram neutralizados?

O.A. - Tenho a impressão de que há outros fatores também, por exemplo: o fluxo e refluxo de camponeses para o Sul do país. Aquele problema a que já me referi de que o proprietário não queria mais arrendar terras, passou a tornar quase impossível a vida no campo, e daí o êxodo do camponês para trabalhar nas construções nas grandes cidades, São Paulo, Rio etc. Mas eles não se fixavam em definitivo, em São Paulo, no Rio ou noutra grande cidade; eles iam ali por uma questão de sobrevivência. Via de regra, deixavam a família, ganhavam dinheiro na cidade e mandavam para a sustentação da família, depois voltavam. O contato, também, desses camponeses com as grandes cidades, não deixou, a meu entender, de ser um processo que quebrou, até certo ponto, essa alienação.

E.R. - O senhor encontrava muitos desses elementos que tinham já retornado da cidade?

O.A. - Sim, muitos. Eu vivi sempre em contato com o pessoal do campo.

E.R. - Sobre esses três outros elementos, o que o senhor diria? Qual foi a intervenção das Ligas junto à Justiça, junto ao capanga e à Polícia?

O.A. - Não, as Ligas só junto à Justiça é que defenderam os interesses dos camponeses, também denunciando as arbitrariedades, as violências cometidas pela Polícia e pedindo providências inclusive aos governos.

E.R. - Com certeza os capangas já não se...

O.A. - Não, junto aos capangas atuaram também, não ficavam em silêncio. Não ficavam em silêncio, quer dizer, em muitos casos, houve luta dos camponeses com os capangas.

E.R. - Antigamente era só dominação. Passou a ser luta?

O.A. - Luta, luta às vezes sangrenta. Agora, é preciso notar, é ponto importante notar que em todos os incidentes sangrentos havidos na Paraíba, a culpa coube aos latifundiários. E é fácil demonstrá-lo: todos os camponeses que morreram nesses choques armados, morreram a bala de fuzil ou de revólver; e os que morreram do lado dos latifundiários, morreram a golpes de enxada, de foice. O que comprova que os camponeses tinham sido atacados a bala e se defenderam com os instrumentos de trabalho que tinham à mão, que eram enxadas e foices.

E.R. - Que conflitos foram esses?

O.A.- Foram vários conflitos. O maior deles foi o de Mari, em que morreu o gerente da Usina São João, ou Santa Helena, e mais outros elementos ligados aos latifundiários e muitos camponeses, feridos e mortos. Também no de Miriri, houve um conflito sério deste tipo.

E.R. - O senhor poderia nos narrar a natureza desse conflito? Por que houve esses dois conflitos?

O.A. - Os conflitos armados deram-se por motivos diversos, mas repito: sempre provocados pelos latifundiários. Em Miriri, por exemplo, o proprietário determinou que um número de camponeses que trabalhavam numa parte da fazenda se retirasse.

E.R. - Por quê? Ele estava precisando das terras?

O.A. - Por causa desses motivos a que já nos referimos.

E.R. - Para plantar, por exemplo, um tipo de cultura específica.

O.A. - Ou, então, porque os camponeses tinham se filiado a uma Liga. Os camponeses, então, não se retiraram, disseram que se retirariam mas queriam uma indenização. Então o latifundiário mandou dizer... disse aos camponeses que se não se retirassem até determinado dia, seriam expulsos. A Federação veio ao governo do estado e denunciou o fato, mas nenhuma providência ocorreu. No dia determinado pelos latifundiários, surgiram vários capangas armados e foram logo atirando nos camponeses, mataram alguns, inclusive uma criança de dez anos, e um desses capangas morreu, mas a golpes de enxada.

E.R. - Essas questões foram à Justiça?

O.A. - Sem dúvida, a apuração do crime sim.

E.R. - E foi a Federação que atuou, através do seu departamento jurídico, dos seus advogados?

O.A. - Para isso?

E.R. - É.

O.A. - Não estou me recordando como foi. A parte como foi e como se concretizou a providência de ordem judicial, não estou lembrando no momento.

H.M. - Já li uma vez, dr. Osmar, a afirmação de que as Ligas aqui na Paraíba assumiram um caráter mais perigoso do que em Pernambuco. Esta afirmação se baseava no fato de que na Paraíba tinha havido mortes do lado dos proprietários - o caso do conflito de Mari, o caso daquele Régis lá perto de Cajá etc. -, e que em Pernambuco os mortos tinham sido todos do lado dos camponeses. O que o senhor teria a dizer sobre este fato?

O.A. - Já expliquei que nos conflitos armados os que morreram do lado dos camponeses, os camponeses mortos foram mortos a bala de fuzil, muitas vezes, e armas de fogo; ao passo que aqueles que estavam do lado dos latifundiários, os que foram mortos, foram mortos a golpe de enxada, o que evidencia que esses conflitos eram provocados pelos latifundiários. Como foi o caso, por exemplo, de Mari em que utilizaram inclusive metralhadoras.

E.R. - Metralhadoras privativas do Exército?

O.A. - Metralhadoras, é.

E.R. - Eu gostaria que o senhor nos explicasse como é que se deu o caso Carrasco em Guarabira.

O.A. - O Carrasco era uma área rural do estado, terra devoluta. Todos aqueles camponeses ali se valiam, utilizavam o Carrasco, para tirar lenha, para amarrar um animal etc. Dois grandes proprietários da região passaram a avançar suas cercas sobre as terras públicas. Houve uma ação na qual eu fui advogado...

H.M. - Que proprietários eram esses?

O.A. - Não me recordo dos nomes deles. Houve uma ação...

[FINAL DA FITA 4-A]

E.R. - Quer dizer que foi julgada procedente a ação?

O.A. - Houve uma ação judicial, que foi julgada procedente, promovida por alguns desses camponeses. Mas ocorreu o seguinte: eles já tinham tomado grande parte, quando as Ligas resolveram ocupar a área, quer dizer, os camponeses ocuparam a área e disseram que não permitiriam mais, derrubariam qualquer cerca que... E, na verdade, eles tiveram êxito nisso, tiveram êxito, e os dois grandes proprietários pararam na sua investida. Constituiu-se, então, em Carrasco, um sistema, vamos dizer, cooperativo, em que muitos camponeses se estabeleceram lá para morar - cinquenta e tantas famílias, creio eu. Plantavam etc., e fez-se casa de farinha, de maneira que foi uma iniciativa realmente interessante em que o movimento camponês teve êxito.

E.R. - Esse êxito foi, a princípio, pela simples ocupação das terras ou foi um êxito que só foi efetivado com a questão jurídica?

O.A. - Não, a questão jurídica foi posterior, quer dizer, foi julgada posteriormente.

E.R. - A casa de farinha, essas coisas todas foram anteriores?

O.A. - Foram anteriores.

H.M. - E depois que as Ligas foram extintas, como ficou a situação de Carrasco?

O.A. - A situação de Carrasco, com a extinção das Ligas... Os proprietários não avançaram mais. Agora, perdeu aquela característica que se tinha dado à organização.

E.R. - Dr. Osmar, nessa localidade de Carrasco, as Ligas promoveram atividades como escolas, atividades culturais? Como é que se dava isso?

O.A.- Promoveram escolas, fundação de escolas. Foi, inclusive, um teatro lá uma vez, levado pelas Ligas. E esse caso de Carrasco teve repercussão inclusive na imprensa do Sul.

E.R. - Qual era a dimensão das terras de Carrasco?

O.A. - Restaram cento e poucos hectares.

E.R. - Restaram de quê?

O.A. - Da investida dos...

E.R. - E anteriormente seria...?

O.A. - Era bem mais extensa, não posso calcular, mas bem mais extensa.

E.R. - Dr. Osmar, ali em Nova Cuba, existiam umas terras do DNER que foram ocupadas pelos camponeses expulsos das fazendas. O senhor tem notícias se houve reação dos poderes públicos nesse caso?

O.A. - Não me recordo.

H.M. - Essa Nova Cuba de que se falou, aquelas casas que foram construídas à margem da estrada, ali perto de Cajá, mais ou menos naquela época, camponeses expulsos que ocuparam essa faixa de domínio do DNER, não somente ali perto de Cajá, como em outros trechos da estrada BR-230. O senhor sabe se houve alguma reação do poder público, do DNER? Tentaram expulsar? Ou eles ficaram?

O.A. - Não, na época não sei se houve reação. Aliás, isso tem sido muito comum ainda hoje: a construção de casebres, camponeses que não têm onde morar e que constroem seus casebres na área da estrada. A estrada às vezes admite, às vezes não admite, às vezes derruba. Agora mesmo em Guarabira, por exemplo, na entrada da cidade foi ocupada uma parte dessa... Mas não recorro se no momento houve resistência da parte do...

H.M.- Dr. Osmar, por que foi que as Ligas se limitaram aqui na Paraíba à região da Várzea e do Brejo e não se expandiram para outras regiões do estado, Cariri, Sertão etc.?

O.A. - Era natural que o movimento camponês se situasse primeiramente na Várzea do Paraíba, que é a região das grandes usinas em que existem um número ínfimo de proprietários e uma quantidade infinita de camponeses, quer dizer, na Várzea do Paraíba, uma só família chegou a ser dona da terra, da água e do fogo. A região do Brejo é também a região dos engenhos e é exatamente na usina e nos engenhos onde se fazia mais duramente a espoliação do camponês. No Sertão é o sistema da pecuária e das plantações de algodão, onde o processo, sem dúvida, é também espoliativo, mas muito menos do que na região do engenho e da usina.

H.M. - Mas houve uma tentativa de fundação de uma liga camponesa em Pombal. Um dentista, Cláudio Facheda que era localizado lá em Pombal, tentou criar uma liga lá em Pombal. O senhor tem conhecimento do fato?

O.A. - Não, ouvi falar, mas creio que não chegou a medrar não.

H.M. - O senhor diz que ouviu falar. Quer dizer que a criação de uma liga independia de entendimentos prévios com as outras Ligas já existentes?

O.A. - Não, eu estou dizendo que ouvi falar que havia essa pretensão, mas tenho a impressão de que não chegou a se concretizar. Mas o motivo é este: o processo de espoliação na zona da pecuária do Sertão e das plantações de algodão, é bem menos agudo do que nas regiões da cana-de-açúcar.

E.R. - Dr. Osmar, eu gostaria de conversar com o senhor um pouco sobre a organização interna das Ligas. Como é que era formalmente a existência da Liga, existia uma diretoria, um presidente, tesoureiro? Eles eram eleitos, eram designados, eram naturalmente alçados a esses postos?

O.A. - Eram. Cada Liga tinha um presidente, tinha uma diretoria.

E.R. - Por exemplo, esse presidente era eleito?

O.A. - Eleito.

E.R. - Pelos elementos das Ligas.

O.A. - É.

E.R. - E que função ele tinha?

O.A. - A função que tem comumente um presidente de uma entidade qualquer: representar etc.

E.R. - A natureza jurídica das Ligas... As Ligas tinham personalidade jurídica? Como é que era?

O.A. - Não. Se eram registradas?

E.R. - Se eram registradas.

O.A.- Não, eram fundadas e funcionavam dentro dos critérios legais então vigentes, mas não tinha, assim, a forma de... na verdade, eram sociedades civis mas, se alguma chegou a se registrar, não estou bem lembrado.

H.M. - E elas tinham estatutos, um regimento interno, instrumentos, assim, básicos de constituição?

O.A. - Não, não tinham. Essa parte formal se reduzia ao mínimo, porque o importante, a preocupação dominante era a luta pelas reivindicações do camponês.

H.M. - Mas se elas fossem formalmente estabelecidas com estatuto publicado, registro, isto não facilitaria essa atuação na luta? Aparecendo como representante dos seus integrantes e, assim, podendo estar presente à Justiça e...?

O.A. - Creio que não, porque é o que se dá com os sindicatos, por exemplo: hoje os sindicatos camponeses não são sindicatos, não são nada. Têm organização jurídica e não são nada.

H.M. - Quer dizer, as Ligas não tinham existência jurídica e atuavam; os sindicatos têm e não atuam. É mais ou menos a esta conclusão que o senhor quer chegar?

O.A. - É. Agora, por exemplo, quando na defesa dos camponeses perante à Justiça, as Ligas levavam os camponeses, e eles é que passavam procuração ao advogado, eles mesmos, os prejudicados.

H.M. - Esses advogados eram remunerados?

O.A. - Não, trabalhávamos gratuitamente.

E.R. - Existiam eleições periodicamente para presidente das Ligas, mandatos com tempos determinados?

O.A.- Sim, mandato tinha. Agora, não estou recordando detalhes de prazo do mandato etc.

E.R. - Quer dizer que tinha eleições periódicas.

O.A. - Tinha eleições periódicas.

E.R. - Dr. Osmar, falando da Federação, nós sabemos que a fundação da Federação foi no Teatro Santa Rosa. A presidência e os órgãos administrativos foram constituídos através de eleições?

O.A. - Foram constituídos através de eleições.

E.R. - Esses mandatos tinham prazo determinado?

O.A. - Eu não me recordo do prazo do mandato.

E.R. - Essa Federação tinha estatuto?

O.A. - A Federação tinha estatutos e era registrada como sociedade civil.

E.R. - Dr. Osmar, aqui na Paraíba, como em todos os estados, tinha uma CGT, e aqui acho que era dirigida por Luís Hugo Guimarães. As Ligas Camponesas tinham contato com essa CGT?

O.A. - A CGT naquela época tinha, assim, uma atuação abrangente das reivindicações dos trabalhadores. De maneira que, embora não houvesse uma vinculação entre a CGT e as Ligas, é natural que a CGT se interessasse pelo problema das Ligas - mas uma vinculação direta, não.

*3a. Entrevista: 22.02.1979*

E.R. - Dr. Osmar, eu gostaria de conversar com o senhor hoje sobre um período do movimento camponês, quando as Ligas foram sendo transformadas em sindicatos rurais. O senhor atribui esta transformação das Ligas a um problema político, a um problema formal? Por que houve esta transformação?

O.A. - Antes de 64?

E.R. - É, acho que foi nesse período, já no final, de 63 para 64.

O.A. - A transformação em sindicatos rurais, a meu entender, teve por objetivo tirar o espírito de luta que as Ligas tinham. Os sindicatos foram fundados como entidades dirigidas de cima para baixo, dirigidas pelo poder do estado e tendo por objetivo mais atitudes paternalistas do que o de órgão de defesa dos interesses dos camponeses.

E.R. - O senhor acha que essa tentativa de transformação estaria ligada a algum objetivo do Jango, que estava no governo federal? Para ele ganhar, por exemplo, apoio político para a república sindicalista, que ele queria fazer, ou para fortalecer o PTB?

O.A. - Não, antes de 64 não. Antes de 64, a criação de sindicato que houve não teve esse objetivo.

E.R. - Estou falando antes de 64.

O.A. - Não. Não teve esse objetivo. Eu me referi a após 64, que tem aí os sindicatos rurais que nada significam como defesa dos interesses da massa camponesa.

E.R. - E se referindo ao período antes de 64? Transformação das Ligas em sindicatos rurais, mas...?

O.A. - Formal.

E.R. - Aspecto formal?

O.A. - Creio que teve mais o aspecto formal.

E.R. - Isso não fortaleceria uma política do Jango - de ter apoio político das Ligas Camponesas, que se transformariam em elementos vinculados a um sindicalismo a que ele tinha acesso?

O.A. - Eu não acredito que o Jango tivesse em mira uma república sindicalista como se diz... E... em termos de demagogia, para ele tanto faria fazer as Ligas como os sindicatos, porque ele apoiou as Ligas, a verdade é esta.

E.R. - Vejo, também, que se formalizassem as Ligas em termos de sindicatos, não se poderiam filiar lideranças que não fossem camponesas, por exemplo. Nos sindicatos só pode haver o trabalhador rural.

O.A. - Sim, mas as Ligas com liderança de intelectuais etc. foi uma etapa inicial do movimento camponês. Evidentemente isso teria de evoluir para uma forma sindical.

E.R. - O senhor acha que essa etapa inicial seria superada...

O.A. - Pela organização dos sindicatos.

E.R. - O senhor sabe como é que foi feita essa mudança para sindicatos rurais, antes de 64, se teve um estatuto, se foi registrado o estatuto, formalmente?

O.A. - As Ligas não se extinguiram antes de 64; as Ligas extinguiram-se depois de 64.

E.R. - Estou dizendo sempre antes de 64. Houve essa transformação em sindicatos rurais?

O.A. - Não, transformação não, que eu saiba não. O que houve foi a formação de sindicatos.

E.R. - Paralelos?



O.A. - Paralelos. Onde não havia formou-se sindicato, mas as Ligas não chegaram a ser transformadas em sindicatos.

E.R. - Quer dizer que a partir de determinado momento, em vez de se fundarem Ligas, fundaram-se sindicatos?

O.A. - Sindicatos.

E.R.-O senhor se lembraria de onde surgiu essa idéia? Se foi de algum consenso ou se foi de uma pessoa única?

O.A. - Não, não me lembro.

E.R. - Dr. Osmar, que apoios da sociedade as Ligas receberam? Tinha alguma parte do Exército, por exemplo, que estivesse apoiando as Ligas? O governo estadual apoiava? O senhor falou que, por exemplo, o Jango, ao nível federal, apoiava as Ligas. Que outros apoios essas Ligas tinham como movimento social?

O.A. - As Ligas não tinham apoio, senão da intelectualidade e do governo do João Goulart, que não fazia nenhuma pressão sobre elas. Inclusive João Goulart veio pessoalmente uma vez à Paraíba, a convite das Ligas, assistir a uma concentração das Ligas em homenagem a ele. Agora, o Exército não deu apoio, pelo contrário: era comandante do IV Exército o ex-presidente Costa e Silva, e ele mandou forças do Exército percorrerem a região das Ligas para tomar armas, diante da alegação que se fazia de que as Ligas estavam armadas. Esta iniciativa revelou o contrário: revelou que as Ligas realmente não tinham armas. Então, o que tomaram foi espingarda de caça de encher pela boca etc. - as armas que camponês tem para caça.

E.R. - Isso já em 64 ou em 63?

O.A. - Não, antes de 64. É de se notar que uma comissão de parlamentares federais se entendeu com o general Costa e Silva, a respeito dessa medida por ele tomada, e, na ocasião, José Joffily denunciou que os capatazes de Lundgren estavam armados a fuzil - ele mesmo vira, aqui em terras da Paraíba -, e o general Costa e Silva disse que era natural porque eles tinham bens a defender. Então, vê-se daí que o Exército não deu apoio; antes fez alguma pressão contra as Ligas.

E.R. - Não existia nenhum militar em posto superior que se sensibilizava com a causa dos camponeses?

O.A. - Que eu me lembre não, ou pelo menos que expressasse essa simpatia.

E.R. - E qual era a posição do governo estadual, do dr. Pedro Gondim, ao tempo das Ligas?

O.A. - A posição do governo do estado... eu diria que uma posição incharacterística. Ora não fazia nenhuma pressão sobre as Ligas; mas, depois, nomeou um coronel da Polícia, o coronel Luís de Barros, que ficou a serviço dos latifundiários, cometendo violências na região da Várzea do Paraíba.

E.R. - Isso depois da revolução?

O.A. - Antes.

E.R. - Dr. Osmar, como as Ligas começaram a perder sua força? Foi exatamente no processo revolucionário que elas foram desarticuladas?

O.A. - Foi, a revolução é que desarticulou.

E.R. - E como é que se deu essa desarticulação?

O.A. - Pela violência.

E.R. - Como é que era feito, por prisões?

O.A. - A violência contra as lideranças camponesas... Presos uns, e muitos tiveram de foragir-se. Alguns foram levados presos para Fernando de Noronha. Então eles desbarataram as Ligas, pela violência.

E.R. - Falando a respeito da constituição de uma liga, como é que era feito isso? O que era necessário para a fundação de uma liga?

O.A. - Formava-se uma liga da seguinte maneira: um grupo relativamente grande de camponeses eram chamados, convidados.

E.R. - De vários municípios ou só daquele município?

O.A. - Não, daquele município. Eram convidados, e então se organizava ali a liga. Organizava-se a liga, fazia-se uma eleição, e comumente fazia-se uma concentração na fundação da liga, para dar ênfase, dar repercussão à formação da liga.

E.R. - A iniciativa da fundação partia desses intelectuais ou dos próprios camponeses municipais?

O.A. - Inicialmente dos intelectuais. Depois as lideranças camponesas mesmo tomavam essas iniciativas. Agora, sempre, sempre em comum com os intelectuais.

E.R. - Como era feita a arregimentação desses camponeses para essas concentrações, como era feita a comunicação, já que no campo não existem meios...?

O.A. - Era um convite pessoal, camponeses que se encarregavam disso.

E.R.- Antes, com certeza, deveria ir uma comissão lá, organizar e marcar o dia.

O.A. - É, ia e, então, chamava, convidava o camponês.

E.R. - E a doutrinação ideológica? Como é que era feito o preparo da mentalidade do camponês para que percebesse que ele era um ser espoliado?

O.A. - Isso se fazia através de concentrações, de comícios em que a intelectualidade falava.

E.R. - Em público ou em...?

O.A. - Público, em praça pública, concentrações que se faziam, ora nas cidades, ora no próprio campo. Eu já disse muita coisa...

E.R. - Sobre a trajetória da vida pública do senhor é que gostaríamos de saber. Se o senhor quiser falar mais alguma coisa.

O.A. - Não, já disse tudo.

E.R. - Dr. Osmar, uma pergunta mais: o senhor teve formação religiosa?

O.A. - Na infância tive.

E.R. - Rompeu, depois, com...

O.A. - É.

E.R. - Então queria agradecer ao senhor estas informações que nos prestou.

[FINAL DO DEPOIMENTO]